

- 1- [ATAS](#)
 - 1.1- [Reunião Ordinária de Debates](#)
 - 1.2- [29ª Reunião Extraordinária](#)
 - 1.3- [30ª Reunião Extraordinária](#)
 - 1.4- [31ª Reunião Extraordinária](#)
 - 2- [ORDENS DO DIA](#)
 - 2.1- Plenário
 - 2.2- [Comissões](#)
 - 3- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
 - 3.1- [Comissões](#)
 - 4- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES](#)
 - 5- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES](#)
 - 6- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
-
-

ATAS

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA, EM 25 DE AGOSTO DE 1995**

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - Falta de "quorum".

COMPARECIMENTO

- Às 9h15min, comparecem os Deputados:

Wanderley Ávila - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Anivaldo Coelho - Antônio Roberto - Bilac Pinto - Clêuber Carneiro - Djalma Diniz - Elbe Brandão - Geraldo Santanna - Jairo Ataíde - João Leite - Jorge Hannas - José Henrique - Marco Régis - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - A lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a ordinária de debates de segunda-feira, dia 28, às 20 horas.

**ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA, EM 23 DE AGOSTO DE 1995**

Presidência do Deputado Agostinho Patrús

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE: Ata - 2ª PARTE (ORDEM DO DIA): Requerimentos: Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais; discursos dos Deputados Anderson Adauto, João Batista de Oliveira, Irani Barbosa e Paulo Piau; questão de ordem; discurso do Deputado Raul Lima Neto; questão de ordem; chamada de recomposição de "quorum"; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos - **ENCERRAMENTO.**

ABERTURA

- Às 9h15min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Antônio Júlio - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Anderson Aduino - Antônio Andrade - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Clêuber Carneiro - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Elmo Braz - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria Olívia - Mauri Torres - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Toninho Zeitune - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE

Ata

- **O Deputado Ibrahim Jacob**, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª parte da reunião, com a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos.

Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais, solicitando ao TRE-MG a realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Delta quanto à sua emancipação do Município de Uberaba. Em votação, o requerimento. Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado Anderson Aduino.

O Deputado Anderson Aduino - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas; gostaria, apenas, de esclarecer aos companheiros, principalmente aos que hoje estão extremamente preocupados com o processo de emancipação de distritos, que a emancipação do Distrito de Delta, num primeiro momento, preocupou-nos, uberabense que somos, exatamente porque Delta poderia levar o maior distrito industrial do Estado, que está localizado no Distrito da Baixa. O Distrito de Delta poderia fazer um processo de fusão com o da Baixa e levar o referido distrito industrial, mas, com o projeto que aprovamos da lei complementar, os distritos industriais tornaram-se intocáveis. Portanto, com a referida lei, o interesse maior do Município de Uberaba foi preservado.

Dois companheiros nossos, Deputados Estaduais, estiveram no Distrito de Delta e constataram, a pedido meu, representando a Comissão de Assuntos Municipais, que ele tem todos os requisitos para se emancipar. Em segundo lugar, vai tirar de Uberaba apenas 2,2% do território e 3% da arrecadação; mesmo assim, ficará entre os 140 municípios que mais arrecadam ICMS no nosso Estado.

Então, por todos esses motivos, gostaria de solicitar aos

companheiros que foram emancipacionistas até agora que continuassem a sê-lo no caso específico do Distrito de Delta, com a mesma coerência que tiveram nos processos anteriores.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado João Batista de Oliveira.

O Deputado João Batista de Oliveira - Sr. Presidente, fui relator do processo de emancipação do Distrito de Delta e gostaria de trazer algumas informações aos colegas.

Poucos distritos reúnem tantas condições para se emancipar como o de Delta. Uma comissão de Deputados integrantes da Comissão de Assuntos Municipais visitou o distrito, constatou que todas as informações fornecidas eram corretas, que o recurso apresentado por S. Exa. o Prefeito Municipal de Uberaba não trouxe nada de consistente que pudesse mudar a posição assumida pela Comissão, e ela aprovou o projeto.

Queremos dar esse testemunho, já que o assunto levantou alguma polêmica. Quero dizer aos colegas que não existe nada de anormal no processo e que poucos distritos têm um futuro tão promissor como o de Delta. Solicito-lhes que aprovelem o requerimento, até por uma questão de coerência, porque esta Casa vem aprovando todos os requerimentos que foram aprovados pela Comissão de Assuntos Municipais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Irani Barbosa.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, fui, nesta Casa, o Deputado que encaminhou o requerimento de solicitação de alguns documentos para a emancipação do Distrito de Delta, porque vários municípios apresentaram declarações falsas sobre as condições de emancipação para a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. Não foi um, nem dois, nem três, foram vários. Com relação ao Distrito de Delta, foi uma comissão ao local para averiguar se as condições para a emancipação eram corretas. E agora, o que vemos no Plenário é uma manobra dos Deputados de Uberaba, que não tiveram nem a condescendência de olhar para o Distrito de Delta como parte integrante do Município de Uberaba. Sr. Presidente, só peço aos pares, nesta Casa, que tenham a devida integridade para agir com isenção, porque Delta talvez seja um dos poucos distritos, em Minas Gerais, com condições de se emancipar. Por isso, faço este apelo para que não deixem o sistema político interferir, para que sejam beneficiados A ou B ao ficar esta emancipação pendurada. Repito, Delta é um dos poucos distritos que merecem ser emancipados em Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Paulo Piau.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o processo de emancipação de Delta está sendo uma das missões mais difíceis que já enfrentei. Trata-se de um processo envolvendo uma comunidade operosa, à qual devemos todo o respeito e gratidão. Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é dever do homem público zelar pelos interesses da comunidade, com responsabilidade e honestidade, tomando as decisões oportunas e direcionadas para o bem comum. É baseado nesses princípios, Sr. Presidente, que neste ato, representando os legítimos interesses da comunidade de Uberaba, incluindo-se aí, também, os interesses da comunidade de Delta, peço aos companheiros Deputados e companheiras Deputadas para que nos ajudem a rejeitar o Requerimento nº 70/95, do Deputado Irani Barbosa. Gostaria de esclarecer aos Deputados que, como disse o Deputado Anderson Adauto, ele apresentou um projeto de lei tirando o distrito industrial de Delta para evitar perdas para Uberaba. Isso não era necessário, pois o Distrito Industrial III, de Uberaba, jamais pertenceu ao Distrito comunitário de Delta. Essa é uma medida inócua. É bom esclarecer, porque estamos aqui para relatar a verdade sobre o processo, e não

usar de subterfúgios para poder fazer encaminhamentos escusos.

Gostaria de dizer, também, que me sinto feliz nesta empreitada, e agradeço a Deus por poder tentar levar os meus companheiros Deputados a um caminho de melhor decisão para Delta, para Uberaba e para o Estado de Minas Gerais.

Questão de Ordem

O Deputado Anderson Adauto - Procurei esclarecer aos companheiros que o distrito industrial de Delta não está localizado no distrito urbano de Delta, mas sim, no da Baixa, o que foi dito anteriormente. Mas poderia ser feita uma fusão entre o Distrito de Delta e o da Baixa, levando, nesse processo de fusão, o distrito industrial. Por isso, elaborei aquela lei complementar, que a Casa houve por bem aprovar. Gostaria de dizer que tenho o mesmo sentimento com relação a Uberaba que tem qualquer homem público. Não tive o prazer de ter o mesmo número de votos em Uberaba do Deputado Paulo Piau, porque todos os companheiros, aqui, sabem muito bem que nós, que vivemos na vida pública, conhecemos duas coisas tristes na vida, que são: primeiro, lutar contra doença que não tem cura, e segundo, contra candidato de Prefeitura, pois a defesa que está sendo feita aqui não é ideológica, e sim, uma defesa a favor dos interesses do Prefeito de Uberaba, que é contra a emancipação. Apenas isso. Só isso. Então, meus amigos, podem ter a certeza absoluta de que, primeiro, Delta tem todos os requisitos para se emancipar; segundo, ele tira muito pouco de Uberaba. Seria perigoso se ele levasse junto o distrito industrial, mas como ele, por votação e por uma opção desta Casa, está hoje num processo destacado de emancipação, acredito que podemos, tranqüilamente, emancipar Delta, porque isso não trará prejuízo algum para a nossa cidade de Uberaba.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Raul Lima Neto.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é notório que a emancipação de distritos é o que promove o progresso da cidade e da região.

Tivemos, na Comissão de Assuntos Municipais e, logo depois, nesta Casa, por meio da Mesa, uma emenda que diz que apenas três distritos poderão ser emancipados em cada município, e, esses três serão os mais distantes da sede.

Sabemos que tratava-se de um casuísmo do interesse de alguma pessoa, de alguns Deputados. Alguns desses interesses são até justos, porque alguns municípios, ao terem seus distritos industriais emancipados, ficariam sem renda. Mas, agora, com a nova redação de que não se pode ultrapassar 80% da arrecadação, é evidentemente desnecessário limitar as emancipações a apenas três distritos.

Aproveitando esta oportunidade, citamos o Distrito de Brejo do Amparo, em Januária, que talvez seja, no Estado, o que mais reúne condições de emancipação. É um distrito que tem mais de 200 anos de existência, é um distrito que já foi município, que gerou a nossa cidade querida, Januária, é um distrito histórico e que, no entanto, nem mesmo entrou em processo de emancipação, porque não o quis o Prefeito atual. Aliás, o distrito entrou com o requerimento, reúne todas as condições para se emancipar, entretanto, não está tão distante quanto os outros. Por isso estamos examinando a lei e talvez entremos, agora, à tarde, com uma emenda à emenda, para que o limite seja de quatro, e não, de três distritos.

Aproveitamos a oportunidade para fazer fila com aqueles que defendem a emancipação do Distrito de Delta. Sabemos que a emancipação, ou seja, a autonomia administrativa, financeira, política dos distritos que se tornam municípios é que faz com que o nosso Estado cresça, com que nossa Nação cresça, porque o município é a célula "mater" do Estado. Somos, pois, plenamente favorável à emancipação de Delta e de qualquer outro distrito. Muito obrigado.

Questão de Ordem

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, o que nós notamos, nesta Casa, é que há um acordo, muito extenso, por parte do PFL, como partido do Governo, para evitar a votação da emancipação do Distrito de Delta. Gostaria de dizer a V. Exa. que estarei promovendo, nesta tarde, uma ação jurídica, não sei se contra a Assembléia Legislativa ou contra a Comissão de Assuntos Municipais, para procedermos a uma averiguação geral em toda a documentação das emancipações, porque acho que, quando a Casa toma uma posição antipolítica como essa, teremos de fazer uma averiguação global de todas as falcatruas que houve para beneficiar municípios sem a mínima condição de emancipação. Temos de criar, realmente, uma condição de moralização desta Casa, para que Minas Gerais, ao emancipar um município, possa emancipá-lo com condição e com dignidade. Gostaria de pedir a V. Exa. a recomposição de "quorum". Estarei entrando, hoje, à tarde, com essa ação, para promovermos uma investigação geral na documentação do que foi feito pela Comissão de Assuntos Municipais desta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental o pedido de recomposição de "quorum". A Presidência solicita ao 1º-Secretário que proceda à chamada. Na sua ausência, convido a Deputada Maria José Haueisen para fazer a chamada dos Deputados.

A Sra. Secretária (Deputada Maria José Haueisen) - (- Faz a chamada.).

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 24 Deputados. Não há, portanto, "quorum" para prosseguimento dos trabalhos.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião e convoca os Deputados para a ordinária deliberativa de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária, também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 23 DE AGOSTO DE 1995

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE: Ata - 2ª PARTE (ORDEM DO DIA): Requerimento do Deputado Péricles Ferreira; aprovação - **1ª Fase:** Palavras do Sr. Presidente - Discussão e votação de proposições: Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5/95; requerimento do Deputado Gil Pereira; aprovação do requerimento - Votação, em turno único, dos Vetos às Proposições de Lei nºs 12.644 e 12.673; manutenção - Questão de ordem - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 261/95; aprovação - **2ª Fase:** Questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Requerimentos: Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais; requerimento do Deputado Péricles Ferreira (adiamento de votação); discurso do Deputado Anderson Adauto; rejeição do requerimento de adiamento de votação; aprovação do requerimento da Comissão de Assuntos Municipais - **ENCERRAMENTO.**

ABERTURA

- Às 20h15min, comparecem os Deputados:

Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Antônio Júlio - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anderson Adauto - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Clêuber Carneiro - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Durval

Ângelo - Elbe Brandão - Elmo Braz - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria Olívia - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE

Ata

- **A Deputada Maria José Haueisen**, 2ª-Secretária, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Péricles Ferreira, Líder da Maioria, que, na forma regimental, requer a alteração da ordem do dia desta reunião, com a inversão das suas fases. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

1ª Fase

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 285, 110, 222 e 46/95, em virtude de sua apreciação na reunião ordinária deliberativa realizada hoje, à tarde.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5/95, do Deputado Leonídio Bouças, que dá nova redação ao inciso III do art. 64 da Constituição do Estado de Minas Gerais (reduz para o mínimo de 100 o número de Câmaras Municipais para apresentação de emenda à Constituição). A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta. Vem à Mesa requerimento do Deputado Gil Pereira, em que solicita, observado o disposto no inciso V do art. 245 do Regimento Interno, o adiamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 5/95. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. A Presidência solicita ao 1º-Secretário que proceda à chamada dos Deputados.

O Sr. Secretário (Deputado Ibrahim Jacob) - (- Faz a chamada.)

- Responderam "sim" à chamada de votação nominal os Deputados:

Sebastião Navarro Vieira - Paulo Pettersen - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Antônio Júlio - Aílton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anderson Adauto - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Clêuber Carneiro - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Elbe Brandão - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - João Leite - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Luiz Antônio Zanto - Marcelo

Cecé - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria Olívia - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Romeu Queiroz - Wilson Trópia.

- Responderam "não" à chamada de votação nominal os Deputados:

Carlos Pimenta - Geraldo Rezende - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 51 Deputados, votaram "não" 4 Deputados. Está aprovado o requerimento.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 12.644, que cria o Fundo Estadual de Alimentação Escolar e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

A Presidência vai submeter a matéria a votação por escrutínio secreto, nos termos do art. 234 do Regimento Interno. Antes, lembra ao Plenário que os Deputados que desejarem manter o veto deverão votar "sim", e os que desejarem rejeitá-lo deverão votar "não". Resumindo, "sim" mantém o veto, "não" rejeita o veto. Convido para atuarem como escrutinadores os Deputados Ermano Batista e Marcelo Cecé. Com a palavra, o Sr. Secretário para proceder à chamada dos Deputados.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os Deputados:

Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Antônio Júlio - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anderson Adauto - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Roberto - Arnaldo Penna - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Clêuber Carneiro - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Elbe Brandão - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria Olívia - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Romeu Queiroz - Sebastião Helvécio - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente - Recomendo aos escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

- Os escrutinadores procedem à conferência das sobrecartas.

O Sr. Presidente - Votaram 58 Deputados. Foram encontradas na urna 58 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração dos votos.

- Os escrutinadores procedem à apuração dos votos.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 25 Deputados, votaram "não" 33 Deputados. Está mantido o veto. Oficie-se ao Governador do Estado.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 12.673, que dispõe sobre a permuta de nota fiscal por ingresso em evento esportivo, artístico ou cultural. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação por escrutínio secreto.

O Sr. Presidente - Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os Deputados:

Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim

Jacob - Ermano Batista - Antônio Júlio - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anderson Adauto - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Roberto - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Clêuber Carneiro - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Elbe Brandão - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria Olívia - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Romeu Queiroz - Sebastião Helvécio - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente - Recomendo aos escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

- Os escrutinadores procedem à conferência das sobrecartas.

O Sr. Presidente - Votaram 60 Deputados. Foram encontradas na urna 60 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração dos votos.

- Os escrutinadores procedem à apuração dos votos.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 30 Deputados, votaram "não" 30 Deputados. Está mantido o veto. Oficie-se ao Governador do Estado.

Questão de Ordem

O Deputado Anderson Adauto - Gostaria de fazer um apelo aos companheiros Deputados. Estão aqui alguns moradores de Delta, que vieram fazer um trabalho junto a cada um dos gabinetes. Eles viajaram a noite toda de ônibus e ficaram aqui, todo o dia, fazendo visita aos gabinetes. Solicito aos Deputados que, se for possível, votem hoje ainda a matéria. Para mim, não interessa muito o resultado. Espero que a Casa mantenha a coerência com relação às votações de emancipações. Gostaria de fazer um apelo aos nobres companheiros para que, se pudessem, aguardassem a contagem dos votos para que pudéssemos votar o requerimento de emancipação do Distrito de Delta. Os moradores representantes dessa comunidade estão aqui desde cedo e seria bom que pudessem voltar, ainda hoje, para o Triângulo mineiro. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 261/95, do Tribunal de Justiça, que reajusta os vencimentos e os proventos dos servidores do Poder Judiciário. A Comissão de Constituição e Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária opinam pela sua aprovação. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência vai passar à 1ª fase da 2ª parte da reunião, com a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos.

Questões de Ordem

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, regimentalmente, peço verificação de "quorum".

O Deputado Anderson Adauto - Sr. Presidente, podemos observar que há "quorum", verificando de plano. Na verdade, acabei de fazer essa contagem, pois tenho o maior interesse na matéria e constatei que, no Plenário, há 45 Deputados.

O Sr. Presidente - Esta Presidência vai fazer a chamada

para recomposição de "quorum". Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à chamada.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 43 Deputados. Portanto, há "quorum" para a continuação dos nossos trabalhos.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais, contendo solicitação ao TRE para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Delta, quanto à sua emancipação do Município de Uberaba. Vem à Mesa requerimento do Deputado Péricles Ferreira, solicitando o adiamento da votação do requerimento da Comissão de Assuntos Municipais. Em votação, o requerimento. Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Anderson Adauto.

O Deputado Anderson Adauto* - Gostaria de solicitar, mais uma vez, aos nobres companheiros que votássemos contra o pedido de adiamento ora proposto relativo ao requerimento de emancipação do Distrito de Delta. Sugiro até que se faça uma votação secreta, para que não haja constrangimento entre companheiros, e eles possam votar contra ou a favor, de forma clara. Aceito a votação secreta sem problemas, mas gostaria que definíssemos o voto hoje, pois não se justifica a protelação da votação dessa matéria.

* - Sem revisão do orador.

O Sr. Presidente - Esta Presidência vai colocar em votação o requerimento do Deputado Péricles Ferreira. Em votação, o requerimento do Deputado Péricles Ferreira. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado. Em votação, o requerimento da Comissão de Assuntos Municipais. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria constante na pauta, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 24, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária deliberativa na mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 24 DE AGOSTO DE 1995

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE: Ata - 2ª PARTE (ORDEM DO DIA): 1ª Fase: Discussão e votação de pareceres: Parecer da Comissão Especial sobre a Mensagem nº 22/95; aprovação - **2ª Fase:** Palavras do Sr. Presidente - Discussão e votação de proposições: Discussão, em turno único, do Veto à Proposição de Lei nº 12.680; manutenção - **ENCERRAMENTO.**

ABERTURA

- Às 9h15min, comparecem os Deputados:

Wanderley Ávila - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Antônio Júlio - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Anderson Adauto - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Dílzon Melo - Dinis Pinheiro - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Braga - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria Olívia - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho -

Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE

Ata

- **A Deputada Maria José Haueisen, 2ª-Secretária**, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer da Comissão Especial sobre a Mensagem nº 22/95, do Governador do Estado, que indica os nomes dos Profs. Paulo Newton de Paiva Ferreira e Dalva Cifuentes Gonçalves para comporem o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação dos nomes. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação por escrutínio secreto, nos termos do art. 223 da Constituição do Estado. Antes, porém, lembra ao Plenário que os Deputados que desejarem aprovar o parecer deverão votar "sim", e os que desejarem rejeitá-lo deverão votar "não". Convido para atuarem como escrutinadores os Deputados Ajalmar Silva e Ronaldo Vasconcellos.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o 1º-Secretário, para proceder à chamada dos Deputados.

O Sr. Secretário (Deputado Rêmoló Aloise) - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados:

Wanderley Ávila - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Antônio Júlio - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Álvaro Antônio - Anderson Aauto - Antônio Andrade - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Dinis Pinheiro - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Hely Tarquínio - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Braga - José Maria Barros - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria Olívia - Miguel Barbosa - Olinto Godinho - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos.

O Sr. Presidente - Recomendamos aos escrutinadores que procedam à abertura da urna e verifiquem a coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

- Os escrutinadores fazem a conferência do número de sobrecartas com o de votantes.

O Sr. Presidente - Votaram 41 Deputados; foram encontradas 41 sobrecartas. Os números coincidem. A Presidência solicita aos Escrutinadores que procedam à apuração dos votos.

- Procede-se à apuração dos votos.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 38 Deputados; votaram "não" 3 Deputados. Está, portanto, aprovado o Parecer da Comissão Especial sobre a Mensagem nº 22/95, do Governador do Estado. Oficie-se.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª fase, a Presidência passa à 2ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião as Proposições de Lei nºs 1.644 e 12.663, bem como o Projeto de Lei nº 61/95, em virtude de sua apreciação na reunião extraordinária realizada ontem à noite.

Discussão e Votação de Proposição

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.680, que institui o Cadastro de Beneficiários dos Programas Estaduais de Habitação Popular. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação por escrutínio secreto, nos termos do art. 234 do Regimento Interno. Antes, lembra aos Deputados que, se quiserem manter o veto, deverão votar "sim", e que, se quiserem rejeitá-lo, deverão votar "não". A Presidência convida para atuarem como escrutinadores os Deputados Ronaldo Vasconcellos e Ajalmar Silva. Com a palavra, o Sr. 1º-Secretário, para proceder à chamada dos Deputados.

O Sr. 1º-Secretário - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os Deputados:

Wanderley Ávila - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Antônio Júlio - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Álvaro Antônio - Anderson Adauto - Antônio Andrade - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Dinis Pinheiro - Elbe Brandão - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Braga - José Maria Barros - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria Olívia - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Simão Pedro Toledo.

O Sr. Presidente - Recomendo aos escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

- Procede-se à verificação.

O Sr. Presidente - Votaram 44 Deputados; foram encontradas na urna 44 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração dos votos.

- Procede-se à apuração.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 41 Deputados; votaram "não" 3 Deputados. Fica, portanto, mantido o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.680. Oficie-se.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária deliberativa de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 29/8/95

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos. Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 211/95, do Deputado Ermano Batista, que dá a denominação de Francisco Sebastião Dias ao trecho da Rodovia BR-281 que liga os Municípios de Governador Valadares e Mantena. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 284/95, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a publicação das declarações de bens que especifica. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 315/95, do Deputado Dimas Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo a criar linha de crédito especial para estudantes universitários e de ensino técnico. Incluído em ordem do dia para os fins do art. 288 do Regimento Interno.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.674, que transfere a Superintendência Central de Pagamento de Pessoal da Secretaria de Estado da Fazenda para a Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 156/95, do Deputado Arnaldo Canarinho (ex-Projeto de Lei nº 2.063/94), que cria o Programa do Leite na Empresa. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde e Ação Social opina pela sua aprovação com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 215/95, do Deputado Toninho Zeitune, que dispõe sobre incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos, no âmbito do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 118/95, do Deputado Wanderley Ávila (ex-Projeto de Lei nº 2.120/94, do Deputado José Militão), que declara a serra do Lopo, localizada no Município de Extrema, como área de preservação ambiental. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE
EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO E LAZER, A REALIZAR-SE
ÀS 10 HORAS DO DIA 29/8/95**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Convidados: Sra. Berenice Menegale, Secretária da Cultura, e Sr. Eduardo Álvares, Presidente da Fundação Clóvis Salgado, que discorrerão sobre a situação funcional da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 29/8/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 370/95, do Deputado Elmo Braz; 327/95, do Deputado Gilmar Machado; 278/95, do Deputado João Leite; 369/95, do Deputado Leonídio Bouças; 350/95, do Deputado Olinto Godinho; 168 e 363/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; Projetos de Lei Complementar n°s 5/95, do Governador do Estado; 6/95, do Deputado José Bonifácio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 373/95, do Deputado Ajalmar Silva; 375/95, do Deputado Carlos Murta; 365/95, do Deputado Francisco Ramalho; 377/95, do Deputado Geraldo Nascimento; 387/95, do Deputado Geraldo Rezende; 359 e 360/95, do Deputado Ivair Nogueira; 376/95, do Deputado Ivo José; 374/95, do Deputado João Leite; 385/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 381/95, do Deputado Toninho Zeitune.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO PROJETO JAÍBA, NO MUNICÍPIO DE JAÍBA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 29/8/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da Correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: dar prosseguimento aos trabalhos da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA PROCEDER A ESTUDOS SOBRE O MERCOSUL E SEU IMPACTO ECONÔMICO E SOCIAL EM MINAS GERAIS, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 29/8/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o Deputado Ademir Lucas, Secretário de Estado de Esportes, Lazer e Turismo, e o Dr. Paulo Safady Simão, Presidente da TURMINAS (a confirmar).

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 30/8/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei n° 63/95, do Deputado Ibrahim Jacob.

Finalidade: ouvir o Dr. Carlos Eloy Carvalho Guimarães, Presidente da CEMIG; a Sra. Maria Cristina de Sá Oliveira Matos Brito, Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado de Minas Gerais, e o Dr. Maurílio Chaves, Coordenador-Geral do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais - SINDIELETRO -, os quais falarão sobre política tarifária da CEMIG, política de atendimento do consumidor, questões relativas à venda de ações da empresa, proposta do Governo Estadual de venda de ações ordinárias e possibilidade de privatização da empresa.

**ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA
30/8/95**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência.
Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à
apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 104/95, do Deputado Jorge
Hannas.

Discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação
do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 254/95, do Deputado Gilmar
Machado.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça,
de Administração Pública, de Assuntos Municipais e de
Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Simão Pedro Toledo, Antônio Genaro, Leonídio Bouças, Arnaldo Penna, Anivaldo Coelho e Marcelo Gonçalves, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Ajalmar Silva, Arnaldo Penna, Bonifácio Mourão, Carlos Murta, Jairo Ataíde, Durval Ângelo e Elbe Brandão, membros da Comissão de Administração Pública; José Henrique, Dimas Rodrigues, Sebastião Costa, Dílzon Melo, José Maria Barros, João Batista de Oliveira e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Assuntos Municipais; Miguel Martini, Romeu Queiroz, Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para as reuniões a serem realizadas nos dias 29, às 14h30min, e 30, às 10 horas e às 14h30min, no Plenarinho IV, destinadas a apreciar os Pareceres para o 1º Turno, do Projeto de Lei nº 343/95 de autoria do Governador do Estado, que institui as regiões administrativas no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 1995.

Deputado Geraldo Santanna, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a
Proposta de Emenda à Constituição nº 10/95

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Miguel Martini, Ajalmar Silva, Bonifácio Mourão, Toninho Zeitone, Carlos Murta, Alberto Pinto Coelho, Leonídio Bouças, Sebastião Costa, Marcos Helênio, Durval Ângelo, Marcelo Gonçalves, Ronaldo Vasconcellos e Dílzon Melo, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no próximo dia 29, às 15 horas, no Plenarinho IV, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de se programarem os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 1995.

Deputado Aílton Vilela, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de
Emenda à Constituição nº 8/95

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Arnaldo Penna, Ajalmar Silva, Elbe Brandão, Simão Pedro Toledo, José Henrique, Antônio Roberto, Luiz Antônio Zanto, Clêuber Carneiro, Jairo Ataíde, Gilmar Machado, Almir Cardoso, José Braga, Ronaldo Vasconcellos e Dílzon Melo, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no dia 29/8/95, às 15h15min, no Plenarinho IV, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de se programarem os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 1995.

Glycon Terra Pinto, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 9/95

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Miguel Martini, Hely Tarquínio, Maria Olívia, Mauri Torres, Bonifácio Mourão, Antônio Genaro, Luiz Antônio Zanto, Jairo Ataíde, Leonídio Bouças, Marcos Helênio, Ivo José, Ivair Nogueira, Ronaldo Vasconcellos e Marcelo Cecé, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no próximo dia 29, às 15h30min, no Plenarinho IV, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de se programarem os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 1995.

Antônio Roberto, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 11/95

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Arnaldo Penna, Miguel Martini, Maria Olívia, José Maria Barros, Bonifácio Mourão, Anderson Adauto, Alberto Pinto Coelho, Jairo Ataíde, Paulo Piau, Gilmar Machado, Ivo José, Álvaro Antônio, Olinto Godinho e Paulo Schettino, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no próximo dia 29, às 15h45min, no Plenarinho IV, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de se programarem os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 1995.

Glycon Terra Pinto, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 12.679

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Miguel Barbosa, Paulo Piau, Ivair Nogueira e Paulo Schettino, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no próximo dia 29, às 16 horas, no Plenarinho IV, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de, se possível, se apreciar a matéria.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 1995.

Antônio Roberto, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer

Nos termos regimentais, convoco os Deputados João Leite, Anderson Adauto, Gilmar Machado e José Bonifácio, membros da referida Comissão, para a reunião extraordinária a ser realizada às 10 horas do dia 30/8/95, no Plenarinho II, com a finalidade de se apreciarem as matérias constantes na pauta.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 1995.

Irani Barbosa, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 353/95

Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer
Relatório

Do Deputado Sebastião Navarro Vieira, o Projeto de Lei nº 353/95 visa declarar de utilidade pública a Casa da Cultura de Poços de Caldas, com sede no Município de Poços de Caldas.

Publicado, foi o projeto submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Agora, o projeto vem a esta Comissão para o 1º turno de deliberação conclusiva.

Fundamentação

A entidade que se pretende beneficiar desenvolve trabalhos de caráter científico e cultural, objetivando promover o estudo e a divulgação da memória histórica de Poços de Caldas, bem como os aspectos sociais, culturais e econômicos da região Sul do Estado.

Pelas atividades que desenvolve, a instituição merece ser declarada de utilidade pública.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 353/95 no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 1995.

José Bonifácio, relator.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 7/95

Comissão de Educação, Cultura, Desporto e
Turismo e Lazer
Relatório

A proposição em apreço, da Deputada Maria José Haueisen, tem por escopo a concessão de desconto nas mensalidades a filhos da mesma família matriculados na mesma escola da rede particular de ensino.

Aprovada no 1º turno, sem emendas, retorna a matéria a esta Comissão a fim de receber parecer para o 2º turno, nos termos regimentais.

Fundamentação

Ratificamos a opinião desta Comissão, exarada quando a matéria foi apreciada no 1º turno, favorável à aprovação do projeto em tela.

Com efeito, a argumentação exposta naquela ocasião parece-nos extremamente pertinente, dadas as dificuldades que os pais de alunos matriculados na rede particular têm enfrentado em face dos altos valores das mensalidades cobradas. Leve-se em consideração, ainda, que a prática da concessão de descontos a irmãos nos estabelecimentos particulares de ensino é usual e extremamente justa.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 7/95 no 2º turno, em sua forma original.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 1995.

Irani Barbosa, Presidente - João Leite, relator - Gilmar Machado.

66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA
Discursos Proferidos em 22/8/95

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente nas galerias, representantes da imprensa, ocupo esta tribuna hoje, com muita satisfação, para falar dos 20 anos da atuação da Visão Mundial no Brasil, uma organização humanitária e cristã, que está presente em 101 países, desenvolvendo ações em favor de 30 milhões de pessoas.

A Visão Mundial desenvolve 5.200 projetos em comunidades pobres da África, da Ásia, da América Central e da América do Sul. Tal trabalho tem como metas a transformação social e o resgate da cidadania através do fortalecimento de lideranças e do desenvolvimento auto-sustentado das comunidades, apoiando as crianças e suas famílias, bem como do desenvolvimento de programas de emergência e reabilitação.

No Brasil, Srs. Deputados, a Visão Mundial trabalha, atualmente, com 321 projetos sociais, distribuídos por 22 estados, beneficiando aproximadamente 600 mil pessoas. Tais projetos desenvolvem-se predominantemente nas áreas de saúde, educação, agricultura alternativa, geração de renda, entre outros. Seu trabalho também é decididamente importante na área ecológica e na defesa dos direitos humanos.

Ao longo de seus 20 anos no Brasil, a Visão Mundial levou adiante 6.285 projetos, atendendo a 792.193 crianças, e beneficiando diretamente a 3.577.245 pessoas.

A Visão Mundial participa de diversos organismos de defesa da qualidade de vida, tais como os conselhos nacional, estaduais e municipais de defesa dos direitos da criança e do adolescente; Fórum Global das Organizações Não Governamentais, tendo participado ativamente da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92).

O trabalho da Visão Mundial e as posições que ela tem assumido publicamente contra a pobreza, a violência e a exploração do ser humano, têm sido justamente reconhecidos por organizações governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais.

Para comemorar estes 20 anos de serviços prestados à sociedade brasileira, a Visão Mundial está realizando um seminário, hoje à tarde, no Auditório Granada, no Minascentro. Estão participando a Doutora Tereza Lobo, do Projeto Comunidade Solidária; Doutor Mário Vilela, do Unicef; Doutor Rubem César Fernandes, do Movimento Viva Rio; e o Doutor Manfred Grellert, Vice-Presidente da Visão Mundial para a América Latina e o Caribe.

Às 19 horas e 30 minutos haverá uma conferência com a presença do Governador Eduardo Azeredo; também estarão presentes o Vice-Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Célio de Castro; o Secretário de Finanças do Governo do Distrito Federal, Sr. Wasny Nakle Roure; o jornalista Caco Barcelos e o Doutor Manfred Grellert.

Gostaria de parabenizar à Visão Mundial pelos seus 20 anos de atuação firme e solidária nos países do Terceiro Mundo e destacar seu trabalho como um dos mais importantes na linha humanitária no Brasil e no mundo. Muito obrigado.

A segunda questão que gostaria de abordar nesta tarde, rapidamente, é sobre o 1º Encontro Nacional do PT, realizado no último final de semana, em Guarapari. Na ocasião, a liderança e os delegados do partido em todos os Estados brasileiros puderam discutir a sua linha de intervenção firme e de oposição ao Governo Fernando Henrique. Traçamos ali as grandes mobilizações que faremos por este País, em torno das questões da reforma tributária e da defesa da terra.

Ao mesmo tempo, também, discutimos a substituição do Presidente Nacional do PT, quando o companheiro Luís Inácio

Lula da Silva passa a Presidência do partido, depois de longos anos na sua direção e de grandes serviços prestados assumindo a Presidência o nosso companheiro, José Dirceu. Embora tenhamos defendido a candidatura do companheiro Hamilton Pereira, a partir do resultado, o companheiro José Dirceu terá o apoio de todos nós, PT, para empreender o programa do partido, para que possamos, de fato, fazer uma oposição firme e positiva a esse Governo que está aí.

Vamos participar das grandes mobilizações que, temos certeza, faremos por este País e, ao mesmo tempo, vamos preparar o partido para os grandes embates que teremos nas eleições de 1996. Gostaríamos, pois, de trazer aqui, a nossa saudação e os nossos cumprimentos ao companheiro José Dirceu e desejar sucesso na condução do PT assim como demonstrar o nosso reconhecimento pelo grande trabalho desenvolvido por Lula na Presidência do partido. Temos a certeza de que, agora, nas grandes caravanas que continuaremos realizando, por este País, na discussão e na construção da cidadania, nós, do PT, estaremos dando a nossa contribuição, para a construção de um novo modelo e de uma nova mentalidade que vai fazer com que este País supere as suas dificuldades. Desejamos, ainda, que ao mesmo tempo, possamos construir um projeto alternativo a esse de recessão, desemprego e miséria, criando uma sociedade mais humana e mais justa, em que as pessoas possam ter direito a emprego, à moradia e a um salário digno. Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Deputado Ajalmar Silva - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, meus caros colegas do DER-MG, estamos trazendo aos senhores a nossa reivindicação de que votem conosco no destaque que estamos solicitando para que a Emenda nº 13 ao projeto da Secretaria de Meio Ambiente - emenda essa do Deputado José Bonifácio - seja derrubada e seja votado, aqui, o que a comissão já havia decidido: a rejeição dessa emenda. Isso porque o DER-MG é um órgão estritamente técnico, é um órgão que vem cumprindo, durante toda a sua existência, com o maior critério possível, os compromissos assumidos pelos Governos Estaduais. É um órgão que, temos a convicção, já pôde contribuir para a eleição de muitos dos senhores Governadores que passaram pelo Palácio. Hoje, lamentamos essa emenda colocada pelo nobre colega Deputado José Bonifácio, a quem fazemos um apelo para que a retire, para que não dê prosseguimento a esse seu desejo, porque isso fará com que o DER-MG se torne político. O que não podemos aceitar é a política em um órgão sério, que procura trabalhar com as convicções internas de seu próprio pessoal.

Estes engenheiros que aqui estão, nossos colegas do DER-MG, e também os outros servidores sabem das necessidades do órgão. Já tivemos várias diretorias de recrutamento amplo e, agora, generalizá-las significa limitar a perspectiva de crescimento na carreira dos nossos companheiros; significa que, para chegar aos cargos de chefia - embora argumentem que os servidores continuam aptos a esses cargos - eles terão que ser políticos ou apadrinhados de algum político. Isso não pode acontecer com o DER-MG, como acho que não pode acontecer com nenhum órgão de cunho técnico do nosso Estado, porque, se assim procedermos, estaremos abrindo precedentes gravíssimos, principalmente agora, quando esta Casa está votando um projeto de regionalização - proposto pelo Sr. Governador e trazido a esta Casa -, com a certeza de que ela não será política.

Então, por que transformar um órgão como o DER-MG em político, se as administrações têm que ser técnicas? Por que os nossos funcionários têm que se submeter a isso, depois de tantas lutas, de tantas conquistas? Fazer isso significa cortar-lhes a carreira, tirar-lhes o ímpeto pelo trabalho, a não ser que queiram transformá-los em meros políticos nas suas residências regionais. É óbvio que a política será

importante, pois, para se chegar ao cargo de Diretor, o funcionário terá que pertencer a um ramo político na cidade onde trabalha.

Portanto, solicitamos aos Srs. Deputados que entendam a posição do órgão e dos nossos colegas e votem conosco pela rejeição da Emenda nº 13. Entramos com um requerimento, por intermédio do Deputado Álvaro Antônio, solicitando que a votação dessa emenda seja feita em separado. Aí, sim, esperamos contar com os votos dos senhores, para que possamos ter os nossos colegas trabalhando em paz e com a convicção de que, tecnicamente, estarão servindo muito melhor ao nosso Estado. Muito obrigado.

O Deputado Jorge Eduardo de Oliveira * - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o assunto que me traz à tribuna é o mesmo do Deputado Ajalmar Silva. Inicialmente, queria cumprimentar a este, por suas palavras, e ao Deputado José Bonifácio, que retirou a Emenda nº 13 ao projeto de lei em apreciação, a qual tem o seguinte teor: "Os cargos de Vice-Diretor, de Diretor das Diretorias Financeiro-Administrativa, de Construção, de Engenharia, de Manutenção, de Operação de Via e o de Assessor Chefe da Assessoria de Custo e Licitação, a que se refere o Anexo II do art. 16 da Lei nº 11.403, de 22 de janeiro de 1994, que reorganiza o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER-MG -, são de recrutamento amplo". Essa, a emenda do Deputado José Bonifácio.

Queria agradecer-lhe por sua sensibilidade, ao atender os pedidos da classe dos engenheiros do DER-MG e do Deputado Ajalmar Silva.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que a Emenda nº 13, do Deputado José Bonifácio, que acabo de ler, tem a ver com o Projeto de Lei nº 285/95, que cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentado, altera a denominação da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente e dá outras providências? O art. 240 do Regimento Interno diz que a emenda será admitida se pertinente à matéria contida na proposição principal. O art. 237 diz que a finalidade da emenda a proposição é aditar, modificar, substituir ou suprimir dispositivo. Ora, a Emenda nº 13, objeto de nossa explanação, não atende a nenhuma das finalidades descritas nem é pertinente à proposição principal. Logo, ela contraria o nosso regimento, e esta é uma questão de ordem que eu gostaria de ver apreciada. A emenda contraria o regimento. Ela cria precedentes e introduz a politicagem no órgão.

Em segundo lugar, num momento em que tanto se fala em reforma administrativa, em que se condiciona o desenvolvimento e a modernização do País às mudanças nas estruturas viciadas e arcaicas de governo, quando a tendência é acabar de vez com o clientelismo, o fisiologismo, o nepotismo e o apadrinhamento, nos surpreende a convência com a medida que transforma o DER-MG em mais um cabide de empregos. Ela dará ao Governo o direito de nomear para as citadas Diretorias pessoas estranhas aos quadros do Departamento.

A Associação dos Engenheiros do DER tem dito, com propriedade, que a carreira dos funcionários cujas vidas são dedicadas à instituição, numa atividade eminentemente técnica, ficará, assim, drasticamente comprometida. Solidarizamos-nos com eles, pedindo aos nobres colegas que rejeitem essa esdrúxula proposição, infelizmente aprovada em 1º turno. Caso ela seja encaminhada ao Governador para sanção, peço-lhe que a vete. Isso, considerando o bom-senso do Governador, que não desmerece a confiança que desfruta no seio da sociedade e do mundo político.

Os senhores podem estar certos de que o cidadão comum, cada dia mais atento aos interesses maiores da sociedade, vai se espantar com o descuido da Assembléia Legislativa, que se choca com o Regimento Interno, que vai contra os princípios

administrativos, que dá as costas à modernização e fere a lógica e a racionalidade.

Iria dar aqui o meu voto público de repúdio à Emenda n° 13 ao Projeto de Lei n° 285/95, descaracterizadora dessa iniciativa governamental tendente a torná-la mais um dos projetos "frankenstein", de péssima fama, que só denigrem e contribuem para o descrédito do Poder Legislativo.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados. De pronto, quero solidarizar-me com o nobre Deputado Ajalmar Silva e, subseqüentemente, com o nobre Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que aqui repudiaram a inserção da Emenda n° 13 ao Projeto de Lei n° 285/95, que cria a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Queremos dizer que tem sido coerência nossa nesta Casa repelir e rejeitar emendas estranhas aos projetos de lei em pauta. Isso posto, também nos opomos, por coerência, por convicção, a essa emenda ao projeto que cria a Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

Em segundo lugar, gostaríamos de parabenizar o Presidente desta Mesa em exercício, o nobre Deputado Wanderley Ávila, pelas homenagens que recebeu, ontem, da maçonaria mineira e brasileira, quando, através de requerimento de sua autoria, homenageou a maçonaria pelo transcurso do Dia do Maçom, no dia 20 de agosto. Gostaríamos de homenagear, também, todos os Deputados que fazem parte da maçonaria e que integram a bancada legislativa desta Assembléia, com a ressalva de que sou filho de maçom, meu sogro tambémera maçom. Por isso mesmo, participei, com entusiasmo, das comemorações do Dia do Maçom, requeridas pelo Deputado Wanderley Ávila, e da solenidade que transcorreu ontem, aqui nesta Casa.

Mas o motivo principal que me traz a esta tribuna hoje é estar estarecido com as cenas de violência do esporte das multidões, o futebol, que aconteceram no Estádio Municipal do Pacaembu, em São Paulo, no último domingo, quando se decidia uma partida do certame paulista de juniores. Desejo fazer deste pronunciamento um libelo contra a violência. Desejo fazer do meu livre e soberano mandato de parlamentar um baluarte contra a violência. Desejo, ainda, ser mais um ser humano da legião de pacifistas que, ao longo dos tempos da história da humanidade, se posta na fortaleza contra a violência. Oxalá eu tivesse a grandeza e a capacidade para engrandecer a legião de pacifistas onde se emolduram as figuras de Luther King, de Esquivel, de Albert Schweitzer e, por que não dizer, da figura de Jesus Cristo.

Violência é um substantivo que define tudo aquilo que constrange, tudo aquilo que machuca, tudo aquilo que coage, tudo aquilo que maltrata. Na história da humanidade, no Livro do Gênesis, o primeiro ato de violência registrado é quando Caim assassina Abel. Mais à frente, no mesmo Livro do Gênesis, em seu capítulo 6, encontramos uma passagem que diz que o homem se multiplica sobre a terra e também a maldade se multiplica. Como fruto dessa passagem, a humanidade foi colhida pelo episódio do dilúvio, para que se fizesse justiça a seu comportamento ignominioso, desde então. Não poderíamos nos esquecer de que a história da humanidade tem sido uma história de violência, principalmente a violência das guerras. Não poderíamos nos esquecer de todos os episódios de antes e depois de Cristo, da história universal, permeados de instinto belicoso do ser humano, através de guerras que duraram anos e até chegaram a mais de um século. Essa violência passa pela violência racial tão exacerbada pelo nazifascismo, violência racial exacerbada até recentemente pela monstruosa política do "apartheid", na África do Sul, violência política, violência econômica do próprio comunismo à época stalinista, que cerceou a liberdade e provocou vis ações de perversidade contra o ser humano. Não poderíamos nos esquecer dos episódios de violência, neste País, à época da ditadura de Vargas e, mais

recentemente, à época da ditadura militar, a partir de 1964. Causa-nos estranheza que um militar do Governo atual tenha a insensatez de vir a público humilhar e passar por cima das famílias que foram vítimas de torturas e perseguições políticas durante o regime militar de 1964. Não saberíamos ao menos dizer o nome desse Ministro da Marinha, tão inexpressivo no seu papel no Governo e tão inexpressivo na sua participação na vida deste País. Passado esse obscurantismo do último regime militar, queremos repudiar os elementos que dele fizeram parte e que ainda tentam enxovalhar a memória das vítimas do regime, principalmente quando se trata das reivindicações de indenização. Diz o Ministro que quem entra na briga é para se machucar, não é para pedir desculpas nem indenizações. Sabemos que os militares vítimas dos confrontos do período negro mais recente da história deste País tiveram indenizações, de acordo com legislação.

Não podemos deixar de falar, ainda, de outras formas de violência: da violência da injustiça social, da violência da exploração, da violência contra o menor abandonado. Tudo isso gera outras formas de violência: a violência do estupro; a violência da droga; a violência das quadrilhas organizadas, que matam, estupram e assassinam neste País e no mundo.

Referimo-nos à violência do último domingo, no esporte brasileiro. Gostaríamos de lembrar que ela não é privilégio do Brasil. Há pouco tempo, tivemos a participação dos "hooligans" ingleses em campos da Europa, cometendo outros tipos de atrocidades no campo esportivo. Hoje, esses "hooligans" são imitados pelos "hooligans" da torcida palmeirense Mancha-Verde, da corintiana Gaviões da Fiel e da Torcida Jovem, do Santos. Esses são os "hooligans" tupiniquins. E a tradução da palavra inglesa nada mais é do que "desordeiro", "arruaceiro".

Queremos pedir às autoridades e aos desportistas de Minas Gerais que tentem proteger os estádios mineiros desses "gangsters", desses facínoras dos campos brasileiros.

Sr. Presidente, para concluir, temos, sobre a violência, um final extraído do Apocalipse 22-11, 12, que diz: "Quem é injusto, faça injustiça ainda; quem está sujo, suje-se ainda; quem é justo, faça justiça ainda; quem é santo, santifique-se ainda". E disse Jesus Cristo: "Eis que cedo venho. A minha recompensa está comigo para dar a cada um segundo a sua obra". Que aqueles que pregam a violência recebam o seu galardão. Muito obrigado.

O Deputado Geraldo Nascimento - Sr. Presidente, galerias, imprensa, arrasta-se desde o mês de maio a malfadada Comissão Especial para apurar os créditos e débitos do Grupo Mendes Júnior junto ao Governo mineiro. Em minhas mãos, requerimento que fiz dar entrada nesta Casa, convidando o Sr. Walfrido dos Mares Guia para vir à Assembléia prestar esclarecimentos sobre a conduta do Governo diante da situação do grupo mineiro.

Lamentavelmente, essa Comissão Especial reuniu-se apenas duas vezes: uma, para eleger o Presidente e o Vice-Presidente; outra, para eleger o relator. Depois disso, não mais se reuniu. Um mês se passou, 60 dias se passaram. Depois de tanto tempo tentando realizar as reuniões, com a imprensa cobrando a nossa presença, ficamos espantados em ver que essa Comissão não se dignou reunir mais que duas vezes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, galerias e imprensa, entendo que o povo mineiro não pode ficar a reboque desta malfadada situação que todos estamos a lamentar. É vergonhoso que estejamos todos a testemunhar a dificuldade de conseguir reunir a Comissão Especial, pois eu próprio, que dela participava, não consegui fazê-la reunir-se por mais de duas vezes. Hoje estivemos na assessoria desta Casa na tentativa de promover uma reunião para elaborar um relatório final.

Mas o Vice-Governador, Walfrido dos Mares Guia, não se dignou comparecer a esta Casa, mesmo tendo sido convocado com um mês de antecedência. Por que isso acontece? Esse fato representa uma vergonha para todos nós. Não adianta nenhum Deputado com assento nesta Casa pensar estar cumprindo sua obrigação, honrando o voto recebido do povo mineiro, se andar a reboque do Governador do Estado.

Tenho apenas um pedido a fazer a todos vocês: aquele que acha estar cumprindo bem o seu mandato nesta Casa, que se levante e o diga à imprensa. Muito obrigado.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, gostaria de, nesta oportunidade, colocar minha posição com relação à emenda que impede a progressão dos funcionários do DER, que será a mesma tomada no 1º turno, ou seja, pela sua rejeição.

Gostaria, também, de me posicionar em relação aos acontecimentos do último domingo nos estádios de futebol.

Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, Deputados e Deputadas, demais presentes a esta sessão legislativa, infelizmente, no último domingo, os estádios de futebol foram palco de mais espetáculos de violência, tendo uma única partida, em São Paulo, deixado saldo de mais de 100 torcedores feridos, além de outro em estado de coma. Infelizmente, também, muitas promessas de providências ao longo de tantos anos não têm se tornado realidade a ponto de contribuir com a redução da violência, e as medidas têm sido muito mais corretivas do que preventivas, a exemplo do que pretende o presidente em exercício da Federação Paulista, Rubens Approbato Machado: limitar e até mesmo extinguir as torcidas organizadas de futebol. Não há como adiar as discussões mais sérias a este respeito em todo o País.

E não podemos cair no erro de pensar que esse é um problema do Rio e de São Paulo porque nesses locais a frequência e a consequência da violência têm sido maiores, mais evidentes e mais divulgadas. Em abril deste ano, o torcedor Vicente de Paula Nicácio, de 38 anos, foi espancado após um clássico entre Cruzeiro e Atlético e morreu com traumatismo craniano. A polícia acredita que ele tenha se ferido em briga entre torcedores. As circunstâncias desse fato ainda não foram devidamente esclarecidas e foi uma das razões que motivou a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais desta Casa, a qual presido, a realizar uma audiência pública, no início de junho, para discutir com representantes de vários órgãos ligados ao futebol e à garantia da segurança da população a violência em nossos estádios.

Foram inúmeras as causas da violência nos estádios apontadas pelos presentes durante as quase três horas de reunião, entre elas a deterioração de valores relativos à cidadania, a questão da educação, a rivalidade entre gangues de bairros nas torcidas organizadas e o anonimato que protege os agressores. Ficou claro ainda que a embriaguez tem sido responsável pela maior parte dos problemas enfrentados pela polícia no trato com o torcedor, sendo considerada um fator que promove a agressividade. E num dos desdobramentos dessa reunião, um membro de uma torcida organizada de clube mineiro revelou a um repórter do jornal "Diário da Tarde" um fato ainda mais grave: a maioria dos membros de torcidas organizadas estaria indo para o estádio drogada ou se drogando lá mesmo.

Na última semana, mais um incidente lamentável foi notificado por toda a imprensa, envolvendo sócios da sede social do Atlético e jogadores do clube. Os objetos utilizados para a agressão - garrafas de cerveja - não permitem que se negue o envolvimento da bebida.

Até mesmo a FIFA já reconheceu a importância de se tomarem medidas preventivas com relação às bebidas alcoólicas e, por isso, proibiu sua utilização tanto nas dependências dos estádios como nos seus arredores, nos jogos oficiais que promove.

Nas eliminatórias para a Copa do Mundo, em 1994, houve em

Belo Horizonte, um jogo entre Brasil e Venezuela, patrocinado pela FIFA, quando foi proibida a venda de bebidas alcoólicas, e não tivemos praticamente, nenhuma ocorrência policial no estádio.

Foi com o apoio de todos os presentes à audiência pública que realizamos para discutir a violência nos estádios, inclusive dos presidentes das principais torcidas organizadas de Belo Horizonte, que a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais decidiu apresentar à Mesa desta Casa projeto de lei com esse objetivo. O torcedor que consumir bebida alcoólica nas dependências de estádios sob a jurisdição do Governo Estadual será apenas retirado do local, e o vendedor terá como penalidade a rescisão de contrato com órgão ou entidade da administração pública. A intenção não é a de lesar o torcedor ou de interferir em seu livre arbítrio, mas proteger o espetáculo e o direito de lazer sadio e tranqüilo daqueles que freqüentam um estádio de futebol.

Estamos atentos para os reflexos que essas medidas podem gerar para os comerciantes que têm contrato para revenda de bebidas nos estádios; para os clubes, em termos de renda, já que se considera a possibilidade de queda do público que freqüenta esses locais, e também para a própria administração dos estádios, já que o patrocínio de muitos eventos esportivos normalmente tem grande participação das empresas produtoras de bebidas. Mas acredito que soluções positivas podem ser encontradas para essas questões por meio das opções que oferece hoje o mercado publicitário para reconquistar o público que busca realmente nos jogos de futebol lazer sadio e para maior geração de empregos pelo Estado.

Acredito que as dificuldades que a princípio possam advir dessas medidas não devam nos obrigar a uma omissão que hoje poderia até ser considerada criminosa diante das circunstâncias da realidade. Não queremos que, num futuro talvez até nem muito distante, o torcedor tenha que frequentar o Mineirão de capacete, como fazem os de Amsterdã hoje. Precisamos agir preventivamente e, por isso, peço o apoio dos colegas para que reflitam profundamente sobre o assunto e sobre o referido projeto da Comissão. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Agostinho Patrús, Sras. e Srs. Deputados, senhores e senhoras que nos visitam nesta tarde, representantes da imprensa. O PL, reunido através de seus deputados, achou por bem, nesta sessão ordinária de nossa Assembléia, se posicionar contrariamente às mudanças que se pretendem implantar no DER-MG. Entendemos que esse órgão prima pela eficiência, pela responsabilidade e vem desenvolvendo um trabalho à altura do Governo Eduardo Azeredo e do povo mineiro. Dessa forma, entendemos que chega de ingerência em órgãos sérios e responsáveis. Temos, por exemplo, um banqueiro ocupando cargo de Ministro de Estado da Agricultura. O último caso, envolvendo o Sr. Dallari, mostra perfeitamente que as pessoas que têm envolvimento com órgãos particulares não podem e não devem exercer cargos de confiança, quando estiverem no Governo do Estado ou no Governo Federal. Reconhecemos o grande trabalho do DER-MG e confiamos plenamente em seus funcionários e diretores.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais tem procurado discutir e trazer à tona problemas relacionados com o dia-a-dia dos mineiros, desde os mais simples até os mais complexos. Nós sabemos que a grande maioria da população sente-se insegura e não sabe a quem recorrer, quando se vê diante de uma dificuldade. E a culpa é toda nossa, que raras vezes nos preocupamos em informar corretamente, mostrando as alternativas e os caminhos, para que as soluções sejam encontradas. Assim é

que trouxemos à discussão temas relacionados com a prostituição infantil no Norte de Minas, o trabalho escravo na região Norte de Minas e outros temas de igual importância que se encontram na Casa, à espera de soluções. Hoje, voltamos novamente a levantar o problema da prostituição infantil em Montes Claros. Nesta semana, a nossa cidade foi motivo de manchetes na imprensa local e nacional. Foi denunciada uma rede de agenciadores que mantinha sob controle mais de 300 jovens com idade de 12 a 17 anos, catalogadas por uma suposta agência de modelos mas que, na verdade, eram direcionadas à prostituição. O fato causou uma revolta sem precedentes junto à sociedade montes-clarense e uma tristeza enorme nas famílias dessas adolescentes. Imaginem os senhores o susto, a dor e a agonia das inúmeras mães e pais de família quando souberam da notícia de que suas filhas, enganadas por elementos sem escrúpulo, atraídas por falsas promessas de emprego, simplesmente se tornaram prostitutas de luxo dos motéis e das casas de encontro de Montes Claros e cidades vizinhas. Causa, também, revolta e indignação saber que a maioria dos clientes são homens já idosos, de alto poder aquisitivo e conscientes do grande mal que estavam causando a essas jovens. É triste saber que a região Norte mineira, com todo o seu potencial, com toda a sua estrutura e com tantos problemas político-administrativos, só consegue chamar a atenção quando se vê envolvida em fatos que nos entristecem e que depõem, cada vez mais, contra seu crescimento e desenvolvimento. Ao lado do problema da prostituição dessas adolescentes, outros problemas igualmente sérios e preocupantes se confundem; refiro-me ao tráfico de drogas, que também foi denunciado. De acordo com os depoimentos das jovens envolvidas, foram-lhes dadas cocaína e outras drogas, como forma de estimulá-las. As denúncias são sérias, merecem, além do trabalho da ALEMG, uma apuração rigorosa por parte das autoridades policiais estadual e federal. Que o Norte de Minas é rota do crime organizado, ninguém pode negar. A região é considerada o paraíso dos traficantes, gatos do trabalho escravo e, agora, agenciadores de menores. O que é necessário e importante é que possamos dar um basta a tudo isto e possamos nos ver livres desse verdadeiro câncer que corrói a sociedade e expõe as famílias a tantas e tantas desilusões.

Vamos pessoalmente levar o problema ao Governador Eduardo Azeredo e ao Secretário de Segurança Pública Dr. Santos Moreira e pedir uma ação imediata, especial para que os culpados paguem pelos crimes cometidos e a sociedade montes-clarense receba as explicações a que tem direito. Tenho certeza de que o Governador, com toda a seriedade que lhe é característica, haverá de dedicar uma especial atenção ao fato denunciado, pois, como pai de família, não aceita que criminosos fiquem impunes no nosso Estado.

Queremos, por último, solicitar que a comissão especial desta Casa, diante dos novos fatos surgidos, faça oficialmente uma comunicação ao Sr. Secretário de Segurança Pública e, em seguida, o convoque para que possa expor oficialmente as providências tomadas no caso em questão. Aliás, já passa do momento de esta Casa fazer um amplo debate acerca das questões relacionadas com o crime organizado, com a prostituição e com o tráfico de drogas no nosso Estado. Sabemos que a nossa polícia é competente, que é exemplo para os outros Estados, mas estas questões ultrapassam a esfera policial para serem, acima de tudo, uma questão social. Não queremos que o Estado de Minas Gerais se iguale aos estados vizinhos. As soluções devem ser procuradas no momento exato, e o momento é este.

O Deputado Paulo Schettino - Sr. Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, imprensa, participantes das galerias, com grande perplexidade tomei conhecimento, hoje, através da imprensa falada, de que os policiais civis

originários dos extintos Corpo de Fiscais de Trânsito e Guarda Civil estão, no momento, inteiramente desamparados de assistência médica e hospitalar, por lamentável descaso de órgãos do Governo.

Custa-me acreditar, mas conforme informações hoje prestadas pelo próprio Diretor do Hospital do IPSEMG à rede CBN, o convênio firmado entre a Secretaria da Segurança Pública e aquele Instituto não está sendo cumprido em sua totalidade, em virtude de os recursos financeiros contratados não serem repassados ao Hospital pela Secretaria da Fazenda.

É de difícil assimilação perceber-se que a saúde e a vida de devotados policiais que se dedicaram anos a fio à proteção e à defesa da sociedade encontram-se, agora, relegadas ao completo abandono assistencial pela insensibilidade dos técnicos fazendários que só se preocupam com déficit e superávit orçamentários.

São cerca de 1.500 policiais civis e 2.000 viúvas nessa situação constrangedora. Atualmente, apenas os casos de extrema gravidade e urgência são acolhidos pelo Hospital do IPSEMG, a exemplo, aliás, das emergências que são atendidas em qualquer unidade hospitalar, pública ou privada, já que, recusado o atendimento nessa hipótese, incorrer-se-á em responsabilidade criminal.

Integrava a estrutura orgânica da Secretaria da Segurança Pública o Departamento de Saúde, que, no final do ano passado, por edição de lei de iniciativa do Governo Estadual, foi transformado em Hospital da Polícia Civil. Acontece que, por enquanto, nenhuma providência concreta foi adotada objetivando possibilitar o seu funcionamento nem sequer foram nomeados os seus dirigentes e servidores, passados já mais de 8 meses de sua criação.

Conhecendo a integridade moral e a capacidade administrativa do Sr. Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo, tenho a convicção de que Sua Excelência não tem ciência desses fatos, razão pela qual, desta tribuna, venho formular-lhe veemente apelo a fim de que determine, urgentemente, uma solução humana e respeitosa para a dramática conjuntura denunciada. Essa solução pode vir através do inadiável recolhimento dos recursos devidos ao IPSEMG, ou compelindo-se o Hospital a atender a essa sofrida classe de servidores, até que se possa alcançar uma solução definitiva e adequada para a situação, com a participação efetiva das Secretarias da Saúde, da Segurança Pública e da Fazenda e do IPSEMG.

Com esse objetivo, apresento este requerimento dirigido ao Sr. Governador e, em face da gravidade do assunto, peço ao Sr. Presidente da Casa que se lhe atribua tramitação em regime de urgência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, aproveitando o ensejo, gostaríamos de dizer que a nossa posição é absolutamente favorável ao Deputado Ajalmar Silva, ou seja, somos contrários à Emenda nº 13, que transforma os cargos do DER-MG em recrutamento amplo. Nós, da Polícia Civil, já sentimos na pele algumas vezes essa ingerência política, quando são trazidas pessoas estranhas para dirigir os órgãos. Temos que ficar com os técnicos capacitados de cada setor. Nossa solidariedade é total aos funcionários do DER-MG.

67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 23/8/95

O Deputado Dinis Pinheiro - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, recentemente, uma grande revista semanal trouxe estampada como matéria de capa, o título "A Força do Petróleo". Nela fez-se um relato da história desse ouro negro que "em 130 anos ergueu fortunas, moveu nações e povos e moldou a civilização atual". O semanário continua sua reportagem abordando, notadamente, a quebra do monopólio, tema apaixonante, que resgata história e mexe com corações de todas as regiões.

Não nos incursionaremos, desta feita, no campo ideológico

da quebra monopolial, ou da atuação do Estado como agente econômico.

O assunto que nos move neste instante é correlato, diz respeito à refinaria Gabriel Passos, situada entre os Municípios de Ibitité e Betim.

Essa refinaria, a REGAP, como é conhecida, embora situada entre os dois municípios, somente recolhe os tributos para o Município de Betim, que ocupa hoje a posição de 2ª maior arrecadação do Estado.

Ibitité, além de não participar dos benefícios pelo repasse tributário, sofre uma série de entraves por abrigar a refinaria. Destaque-se, dentre outros, os seguintes:

a) perda de área aproveitável: a lagoa da Petrobrás ocupa 3.000.000m² do Município de Ibitité. É uma área submersa de terreno agricultável, que poderia, sem dúvida alguma, estar gerando mais divisas para o município;

b) faixa "Non Aedificandi": por força da legislação federal, em redor da lagoa, em faixa de 15m de seu perímetro, não poderá haver qualquer edificação. Isto vem aumentar sensivelmente a área efetivamente ocupada, tornando maior o prejuízo do município;

c) restrição ao uso dos terrenos próximos: além da faixa de restrição de edificação, Ibitité defronta-se com um sério problema de rede de esgoto, pois é terminantemente vedado que os esgotos possam fluir para a lagoa. Com a restrição, o município vê-se forçado a obras caríssimas. Esse ônus é, não raras vezes, suportado por ibiritenses, que constroem fossas assépticas para as residências.

Ficou constatado que a lagoa é imprescindível para o beneficiamento do petróleo, ou seja, sem a lagoa, seria impossível o refino, pois além do item segurança, a água participa dos processos de geração de calor e de limpeza de resíduo.

Esta imprescindibilidade é reconhecida quando nos é mostrado que para cada metro cúbico de petróleo refinado é necessário quase um metro cúbico de água, ou seja, mais exatamente 0,75m³ de água.

A lagoa de Ibitité é formada pela barragem dos córregos Onça, Pintado e Ibitité, encontrando-se totalmente nesse município, que é manancial para abastecimento de todas as necessidades da refinaria, das quais salientamos:

- água potável;
- água industrial, para refrigeração das máquinas e equipamentos;
- água desmineralizada para produção de vapor, para acionamento de turbinas e uso no processo industrial.

Quando da administração do Prefeito Toninho Pinheiro, várias tentativas foram feitas junto às autoridades, para que fosse equacionado o problema e pudesse Ibitité receber o que lhe é de direito.

O Estado de Minas Gerais já registrou casos em que o complexo industrial está situado em mais de um município. Podemos citar o da empresa Soeicon, situada em Lagoa Santa e Vespasiano, o da Açominas, situada em Congonhas e Ouro Branco, entre outros.

Deveria ser dado a Ibitité a mesma solução que foi atribuída aos casos semelhantes, por princípio se não de analogia, especialmente por justiça.

Essa força do petróleo, para Ibitité, vem agindo de forma negativa, fazendo com que a comunidade suporte e pague sozinha o ônus, e não compartilhe das riquezas geradas.

É hora de repararmos a injustiça.

Ibitité quer participar dos benefícios e não somente suportar os ônus.

Por isso, estamos, através desta Casa, encaminhando apelo ao Sr. Governador de Estado que, com a sensibilidade que lhe é peculiar, e reconhecidamente notada pelos mineiros, ordene à Secretaria de Estado da Fazenda a adoção de medidas que possam contemplar Ibitité com a participação nos tributos.

Conclamamos a todos os pares, para que, irmanados, possamos corrigir distorções, atendendo ao clamor dos 120 mil ibiritenses. Muito obrigado.

O Deputado Ronaldo Vasconcellos* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, assessoria desta Casa, imprensa, ocupamos esta tribuna para dizer da nossa estranheza diante de um fato ocorrido no final do mês de junho. Ao mesmo tempo farei um apelo verbal e, depois, por escrito, às autoridades que podem resolver essa questão sobre a qual, hoje, conversaremos com esta Casa. Trata-se do fechamento do Consulado da Alemanha na nossa Capital, por determinação da embaixada daquele país.

O fato nos causa estranheza, porque Belo Horizonte tem recebido a população alemã por mais de 25 anos, sempre de maneira hospitaleira e carinhosa. A sociedade belo-horizontina e mineira convivem, muito bem, com os empreendimentos alemães que aqui aportaram. São diversas indústrias alemãs situadas na nossa Capital ou na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ao aspecto econômico soma-se o aspecto humano, porque residem na Capital do nosso Estado mais de 5 mil alemães e seus descendentes. O fechamento desse Consulado nos deixa entristecidos. A convivência econômica, social e humana entre o povo alemão e a sociedade belo-horizontina sempre foi cordial e fraterna. A população alemã que aqui reside precisa dos trabalhos do Consulado da Alemanha. A terceira Capital do País, cidade onde residem diversas famílias de origem alemã, não pode prescindir desse Consulado, que existirá mais de 20 anos e tem trabalhado de forma eficaz, marcando presença nas reuniões do corpo consular, sediado em Belo Horizonte. Lembro-me da figura do Cônsul Joachim Boerger, que esteve à frente do Consulado da Alemanha por mais de 15 anos, na Capital do Estado, com sua presença marcante nos encontros cívicos, sociais e econômicos da nossa Capital e do Estado. Não fora pelo belo trabalho desenvolvido pelo Cônsul Joachim Boerger, mas pela importância que tem esse Consulado, e o país que representa para a vida desta cidade, pela maneira com que nossa população recebeu, conviveu e tratou esse Consulado é que nós, Deputados mineiros, sentimo-nos prejudicados com essa atitude tomada pelo governo alemão ou pela embaixada da Alemanha em Brasília.

Faço, então, esse apelo desta tribuna, mas farei chegar ao embaixador da Alemanha correspondência em que solicito-lhe retifique essa posição e dê a Belo Horizonte, a terceira Capital de Estado, a importância que lhe é devida no cenário econômico do País.

Todos, que vivemos nesta Capital, que fazemos política em Belo Horizonte, não podemos aceitar passivamente a decisão de um governo com o qual sempre mantivemos as melhores relações possíveis.

É estranho que o fechamento desse Consulado venha atingir justamente a Capital do Estado, a Capital de Minas Gerais. Não preciso dizer das funções de um consulado, mas é importante que se comente que a colônia alemã, moradora em nossa Capital, está revoltada com essa decisão, pois o Consulado foi fechado de uma hora para outra, enquanto outros países estão descobrindo e sentindo a importância, principalmente econômica, de Belo Horizonte, aqui abrindo seus Consulados. É o caso do nosso querido vizinho país do sul Uruguai, que há pouco tempo abriu seu Consulado em Belo Horizonte, tendo seu titular já iniciado participação ativa nos acontecimentos da Capital. Da mesma forma, a Eslovênia, outro país que aqui abre seu Consulado e que teve o descortínio de chamar, para comandá-lo, ninguém mais ninguém menos que o atual Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, Sr. Stephan Salej. Países como o Uruguai e a Eslovênia abrem seus Consulados em Belo Horizonte, respeitando a terceira Capital do País, respeitando a querida cidade de Belo Horizonte. É de se

estranhar o fechamento do Consulado alemão na nossa cidade, o que também surpreendeu a colônia alemã aqui residente.

Embora não goste de trilhar esse caminho, sou obrigado a lembrar que há pouco tempo uma empresa de porte, da Alemanha, achou por bem instalar a sua fábrica no vizinho Estado do Rio. Foi uma decisão da empresa Volkswagen, que apenas a ela cabia. Quanto à Alemanha, não podemos nos calar aceitando essa decisão de fechamento do seu Consulado na Capital. Caberia, primeiramente, uma discussão entre os governos, entre os povos, para que fosse tomada tal atitude. O Estado de Minas Gerais perdeu a batalha da instalação da fábrica da Volkswagen no nosso território. Não aceitamos, mas somos obrigados a concordar com a decisão empresarial. Não podemos nos calar quando é uma decisão pública. Faço, então, um apelo às altas autoridades alemãs no Brasil e mesmo na Alemanha, para que revejam esse quadro que nos deixa entristecidos, como políticos e pessoas que vivemos na nossa Belo Horizonte.

Termino, Sr. Presidente, lendo uma frase citada, hoje, na coluna do ilustre jornalista Wilson Frade, do jornal "Estado de Minas". Faz um comentário a respeito do fechamento do Consulado e termina com a seguinte expressão: "ou será que Minas perdeu sua importância perante o Governo da Alemanha." Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, imprensa, queremos fazer pequenos comentários a respeito de três requerimentos aprovados, hoje, na Comissão de Defesa do Consumidor. Falaremos de sua importância e de um fato grave que ocorreu na cidade de Governador Valadares.

No primeiro requerimento, solicitamos a presença do Superintendente Estadual de Abastecimento, do Secretário da Agricultura, Dr. Alysson Paulinelli, e da Secretária Municipal de Abastecimento, Dra. Regina Nabuco, para falarem sobre as políticas de abastecimento de Belo Horizonte e do Estado sobre a privatização da CEASA. Queremos ver a posição de todos e saber das propostas que têm, como também discutir como está sendo feita, em Belo Horizonte, uma política de abastecimento renovadora e democrática.

O segundo requerimento aprovado é referente à CEMIG e por seu intermédio pedimos a presença, na Comissão de Defesa do Consumidor, de seu Presidente, Dr. Carlos Eloy de Carvalho Guimarães, do Presidente do Sindicato dos Engenheiros de Minas Gerais e da Direção do Sindicato dos Eletricistas de Minas Gerais - SINDIELETRO -, para discutirem a respeito da política tarifária da empresa, política de atendimento ao consumidor, questões envolvendo a venda de ações da empresa no mercado de eurobônus, proposta do Governo Estadual de venda de ações ordinárias e possibilidade de privatização da empresa. Ao que nos consta, o Estado já não estaria mais tendo o controle acionário da CEMIG. Gostaríamos de promover esse debate para sabermos a real situação da empresa.

O terceiro requerimento solicita a realização, com a intervenção dos setores competentes desta Casa e a colaboração do PROCON-MG, de um fórum técnico destinado à discussão dos temas mais recentes relativos à defesa do consumidor, tais como as políticas públicas de defesa do consumidor, a efetividade da prestação jurisdicional na defesa do consumidor, as políticas específicas para o consumidor pobre e miserável, a universalização do acesso às informações sobre produtos e serviços e a defesa do consumidor no mercado globalizado.

Entendemos que a população atingiu um grau elevado de conscientização sobre defesa do consumidor, mas a competência jurisdicional dos PROCONs estaduais e municipais e do Ministério Público é apenas conciliadora.

Queremos saber de quem é a competência de se criarem varas de defesa do consumidor e quais as competências do juizado

de pequenas causas, para que o consumidor, de fato, tenha uma ação concreta e efetiva quando das reclamações. Por enquanto, os problemas estão apenas no âmbito da conciliação. Está na hora de se caminhar para um processo de julgamento, de decisões, de competências, porque, senão, essa política de proteção do consumidor ficará desacreditada.

Por último, não vamos dar detalhes agora, mas aconteceu um fato gravíssimo no vale do rio Doce. Numa fazenda, um senhor que lá trabalhava há 28 anos foi chicoteado e teve um cavalo jogado em cima dele. Ele foi agredido com várias chicotadas porque não estava trabalhando no domingo. É o trabalho escravo no vale do rio Doce, mantido pela grande maioria dos fazendeiros. Já pedimos a proteção da polícia para essa família, cujas crianças de 4 a 10 anos também trabalham sob chicotadas. Foi provado que são fazendeiros de renome naquela cidade, conhecidos como pessoas que assassinam a quem denunciá-los. Pedimos maior proteção para esses trabalhadores, já que estão sob proteção da Polícia Civil. Ainda vamos pedir ajuda à Polícia Federal e solicitaremos ao Tribunal Regional do Trabalho que vá até lá e faça a constatação. Parece-me que essa é apenas a ponta do "iceberg", que é apenas um caso que apareceu. Vários trabalhadores estão trabalhando sob o controle do chicote e não são registrados. Esse trabalhador mesmo, que está lá há 28 anos, só foi registrado há 2 anos. Vamos pedir providências e dar essa notícia para que saia em todo o Estado. Vamos pedir o apoio da imprensa de Minas Gerais e trazer mais detalhes sobre o caso amanhã. Pedimos a intervenção da Polícia Federal, da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Tribunal Regional do Trabalho, para que investiguem esses casos e acabem com todas as atrocidades e covardias que têm sido cometidas no vale do rio Doce, no que diz respeito às relações de trabalho. Os trabalhadores são expulsos do campo, porque não têm a menor condição. Não há uma política de reforma agrária, não há uma política agrícola de incentivo para que lá permaneçam. Onde estão trabalhando, é sob regime escravo. Está feita nossa denúncia. Vamos aguardar as providências. Muito obrigado.

O Deputado Almir Cardoso - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público das galerias e imprensa, estamos aqui nesta tribuna mais uma vez para falar sobre um tema polêmico que, em outras oportunidades, já trouxemos ao conhecimento da Casa. Desde o início desta legislatura, assumimos uma tarefa partidária de grande importância para o Legislativo mineiro, que é o acompanhamento das questões agrárias no Estado de Minas Gerais. A luta pela reforma agrária e pela democratização da terra tem sido uma bandeira levantada hoje por amplos setores da sociedade brasileira, inclusive pela Ação da Cidadania, capitaneada pelo ilustre sociólogo mineiro Betinho. Hoje, entendemos que, na medida em que setores do movimento tentam tirar o componente ideológico da luta pela terra sem abrir mão da tenacidade necessária para implantar reforma tão fundamental para a democracia e a justiça brasileiras, não poderíamos deixar de nos manifestar a respeito das ações da Superintendência Estadual do INCRA em Minas Gerais, ou da falta delas.

Segunda-feira passada estivemos acompanhando uma comitiva de trabalhadores rurais de Minas Gerais, assentados e acampados. Estávamos também acompanhados da FETAEMG e da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura.

Deslocamo-nos até Brasília para conversar com o Presidente do INCRA, para relatar como estão sendo encaminhadas as questões agrárias e as disputas de terras em Minas Gerais, no momento em que toda a imprensa relatava os problemas, com graves conseqüências, da ocupação da Fazenda Santa Helina, em Corumbiara, RO, onde 700 famílias, perfazendo o total de 1.700 pessoas, foram praticamente massacradas pela PM daquele Estado. Entendemos que Minas Gerais chegou a uma

situação de conflito de proporções tão graves quanto à do Estado de Rondônia.

Hoje, às 17h30min, temos um encontro com o Governador do Estado. Vamos levar a ele nossas preocupações e pedir uma intervenção completa, um posicionamento em relação ao trabalho do INCRA em Minas Gerais. Queremos saber sobre as iniciativas, sobre desapropriações para a reforma agrária no Estado. Todas as desapropriações têm sido originárias desse movimento. Temos cumprido o papel de fazer um acompanhamento e tentar tirar as iniciativas do papel. Solicitar áreas improdutivas para vistoria tem sido uma das iniciativas do movimento. Isso também revela que o INCRA, não só o estadual, como o federal, não tem planejamento nem proposta concreta de reforma agrária. Buscar soluções negociáveis também tem sido papel do movimento. Mobilizar e sensibilizar órgãos públicos, como fizemos recentemente com a Polícia Federal e o Banco do Brasil, também tem sido nosso papel, na busca de soluções concretas para o problema agrário de nosso Estado.

Na oportunidade de nossa visita ao Presidente do INCRA em Brasília, fizemos uma denúncia dizendo que o Superintendente Geral inúmeras e inúmeras vezes se negou a comparecer às reuniões das comissões desta Casa para prestar esclarecimentos e contribuir na orientação e nos encaminhamentos necessários de ações concretas para a solução do problema.

Denunciamos, também, as fraudes e tentativas de fraude que têm sido uma constante no processo de desapropriação, como as divisões dominiais após as vistorias e mesmo após as desapropriações, que embargam qualquer processo em andamento.

A maquiagem nas fazendas, como tem ocorrido esses dias na cidade de Unai, é um grande problema. Essa é uma região de conflito iminente e a maquiagem que se pretende lá, com a vasta área improdutiva, pode causar um conflito. O proprietário, que é proprietário de dezenas de outras fazendas em Minas Gerais, na região Noroeste, está deslocando o seu gado para a Fazenda Tabocas. Os acampados dessa fazenda estão resistindo e se manifestando contrários a esse procedimento. Existe a possibilidade de um conflito iminente. Vamos solicitar a intervenção do Sr. Governador do Estado para evitarmos novos conflitos agrários da proporção do que houve em Rondônia.

Queremos, ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, defender uma tese em que o INCRA nacional está orientando todos os seus procuradores estaduais para que os casos de fraude, onde se tenta fazer divisões dominiais, possam ser contestados pelos seus procuradores estaduais. É uma atitude que tem sido desencadeada em todo o País. Sabemos que é uma tentativa de fraude e acreditamos que o INCRA nacional, ao defender essa tese e orientar seus procuradores para reagir a esse embuste, está, realmente, trabalhando para efetivar a reforma agrária em nosso Estado. Gostaria, mais uma vez, de poder contar com os Deputados, para tentarmos evitar que conflitos das dimensões do que houve na Fazenda Santa Helina venham a se repetir no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, representantes da imprensa, ocupamos a tribuna, nesta tarde, em primeiro lugar, para parabenizar o Prefeito Patrus Ananias pela defesa dos recursos para a conclusão das obras do metrô de Belo Horizonte. Entendemos que o Prefeito Patrus Ananias, ao se pronunciar contrário à transferência de recursos do metrô de Belo Horizonte para as obras do metrô de Porto Alegre, está desempenhando seu papel de maneira extremamente correta. Entendemos também que ele agiu corretamente ao solicitar uma audiência com o Governador do Estado para cobrar deste um posicionamento e uma atitude

mais firmes em defesa dos interesses do povo de Minas Gerais. O Prefeito foi muito feliz em não responsabilizar o Governador, porque, se o fizesse, não estaria agindo corretamente, mas, cobrando uma atitude mais firme do Ministro dos Transportes, que é do Rio Grande do Sul e estava transferindo os recursos de Belo Horizonte para terminar, primeiro, o metrô de Porto Alegre, alterando, inclusive, os critérios do orçamento da União, já votado. Evidentemente, o Prefeito Patrus Ananias teria de tomar a atitude que tomou. Estamos aqui, portanto, nos solidarizando com essa posição e defendendo que o Ministro dos Transportes explique as razões desse desvio de recursos de Belo Horizonte para Porto Alegre. Entendemos que é necessária a união de todos os mineiros, de todos os partidos, para que possamos garantir que o que está no orçamento da União destinado ao Estado de Minas Gerais, de fato, chegue a Minas, e a população possa ver atendida uma aspiração fundamental, que é o meio de transporte mais rápido. Todos os que enfrentam o caos, principalmente nos horários de pico, sabem da importância de se terminarem essas obras.

Queremos, portanto, deixar o apoio integral da Bancada do PT e conclamar os demais partidos para que haja uma junção, como houve quando da aprovação da emenda, e que Minas Gerais não seja, mais uma vez, penalizada.

Queremos aqui registrar que o Prefeito Patrus Ananias agiu corretamente, no interesse do povo de Belo Horizonte e de Minas Gerais e esperamos que, na audiência que terá com o Governador, o Governo possa ter uma postura diferente, mais firme, na defesa dos interesses do nosso povo.

A segunda questão que gostaríamos de abordar diz respeito a uma matéria que saiu publicada hoje, no jornal "Hoje em Dia", tratando de uma denúncia feita pela Bancada do PT, na legislatura passada, da qual fizemos parte. Essa denúncia se comprova. O ex-Secretário da Fazenda, hoje Deputado Federal, o Deputado Roberto Brant, fez recolhimento de ICMS antecipado da AÇOMINAS, através de recibos, na Secretaria, levando prejuízo a alguns municípios e, ao mesmo tempo, aos cofres do Estado. O Tribunal de Contas, na sua 3ª Câmara, concluiu que, realmente, houve irregularidades. Nós, da Bancada do PT, que, na época, fizemos a denúncia, queremos que continuem as averiguações. Não é possível que um Secretário, junto com outros, comecem a receber, no próprio gabinete, ICMS, ignorando as vias normais de arrecadação, pois isso traz prejuízos aos cofres públicos e a muitos municípios, que dependem do repasse desses recursos. Todos sabem que o ICMS é repassado aos municípios de origem e, através dessa manobra, alguns municípios sofreram prejuízos e, como declara o Tribunal de Contas, esses municípios precisam ser ressarcidos e os autores da manobra punidos. Deve-se multar o Deputado Roberto Brant e seu Secretário Adjunto, Dr. José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, e o Diretor-Superintendente da Central do Tesouro, Dr. Luís Sued. Não é possível que essas práticas continuem, como vimos no caso do Banco Econômico. Essas pessoas fazem o que querem, há desvios de recursos, penalização do povo e, depois, o que acontece? Está comprovado o que o PT denunciou. Não podemos continuar com essa impunidade. Vamos exigir do Governador um posicionamento com relação a essas irregularidades. Não podemos deixar que casos como esse continuem: algumas empresas privilegiadas fazendo pagamento do ICMS diretamente ao Secretário, que não põe no cofre geral do Estado. Temos que acabar com isso no Brasil e em Minas Gerais.

Gostaríamos, também, de parabenizar a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação pelo dia nacional de luta dos trabalhadores em educação de todo País. Hoje, durante todo o dia, já aconteceram manifestações em Brasília e, aqui, no pátio da Assembléia Legislativa, daqui a pouco, inicia-se uma assembléia do funcionalismo público do Estado, em

especial, dos trabalhadores da educação. Queremos nos solidarizar com essa campanha justa dos trabalhadores do ensino de todo o País, na defesa da votação imediata da Lei de Diretrizes Básicas da Educação, que estabelece plano de carreira para todos os servidores. Aproveitamos essa ocasião para, mais uma vez, cobrar do Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo, que envie, de imediato, a esta Casa o plano de carreira do magistério, que é o único setor que continua sem plano de carreira, trazendo distorções e prejuízos aos vencimentos e às carreiras dos servidores do Estado de Minas Gerais. O Governador fez discursos em que afirmava que privilegiaria a educação. É preciso, agora, haver ações concretas e práticas. Exigimos que se envie à Assembléia o plano de carreira para garantir aos trabalhadores um plano de carreira. Queremos também que haja uma política clara de recursos para os servidores, como um todo. O Quadro Permanente continua penalizado, os serviçais, as pessoas que trabalham nas secretarias e o restante do funcionalismo do Estado continuam sem reajustamento, continuam com uma política brutal de arrocho salarial, que precisamos combater.

Queremos que o Governo envie o plano de carreira e uma política salarial clara, para que possamos minorar os problemas que o funcionalismo enfrenta, esse funcionalismo que vem segurando e carregando este Estado e este País. Entendemos que precisam ser tratados com maior decência pelo poder público.

Para concluir, tivemos, agora, a avaliação do Tribunal de Contas do Estado, de que durante os quatro anos do Governo Hélio Garcia fazia-se o discurso, como Azeredo está fazendo agora, de que o Estado está gastando mais de 70% com a folha de pagamento do funcionalismo. Mas vimos que o Tribunal de Contas concluiu que, nos quatro anos do Governo Hélio Garcia, em nenhum ano ele gastou mais de 64% com o funcionalismo. Desmontou-se, assim, o seu discurso e o daqueles que vinham aqui, na tribuna, dizer que o Estado estava gastando mais de 65% com o funcionalismo. Na prática, não há nada melhor do que um dia após o outro, porque a mentira consegue existir enquanto a verdade não chega. E a verdade chegou. O Governo Hélio Garcia foi desmoralizado, mentiu ao funcionalismo. E o mesmo vai acontecer com Eduardo Azeredo, que, hoje, diz que gasta mais de 65%. Mas um dia após o outro vai mostrar que ele também está mentindo para enganar o funcionalismo do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Ibrahim Jacob - (- Faz a leitura de requerimento de sua autoria, o qual recebeu o n° 674/95, publicado na edição de 26/8/95 e cuja justificacão é a seguinte.)

"Historicamente, os servidores do Estado de Minas Gerais sempre tiveram o tempo de férias-prêmio não gozadas contado para o efeito de aposentadoria e de adicionais por tempo de serviço (quinquênio e trintenário).

Em meados do ano passado, houve uma polêmica sobre a falta de previsão legal para a contagem desse tempo para efeito de concessão de adicionais de quinquênio, situação resolvida em definitivo pela Emenda à Constituição n° 13, de 13/12/94, que, expressamente, assegurou o benefício.

Recentemente, em despacho normativo, publicado em 13 de maio de 1995, do Secretário de Recursos Humanos e Administração, estabeleceu-se que seriam revistas as concessões por tempo de serviço, ocorridas entre 21/9/89 (Constituição do Estado) e 14/12/94 (Emenda à Constituição n° 13/94), o que tem provocado grande apreensão entre os servidores alcançados pela mencionada medida.

Considerando ser esta uma prática que vinha sendo adotada, histórica e unanimemente, por todo o setor público do Estado de Minas Gerais, não se justifica a revisão do benefício durante o citado intervalo de tempo, ainda mais por se tratar de questão definitivamente solucionada pela Emenda à

Constituição nº 13/94.

Outro ponto que tem gerado apreensão, já agora exclusivamente quanto aos servidores aposentados do Quadro Especial da Educação, relaciona-se à nova jornada de trabalho criada pelo Decreto nº 36.737, de 4/4/95, possibilitando que funcionários em atividade trabalhem oito horas diárias, fazendo, por isso, jus à nova tabela de remuneração.

Mais do que justo seria a extensão desse tratamento remuneratório aos servidores aposentados do referido Quadro Especial daquela Secretaria, em observância aos mandamentos contidos no art. 40, § 4º, da Constituição da República, e no art. 36, § 4º, da Constituição do Estado de Minas Gerais."

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Wanderley Ávila, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, representantes da imprensa, senhores e senhoras que nos visitam nesta tarde, acabo de receber um fax da Câmara Municipal de Montes Claros, assinado por 11 Vereadores, que se posicionam contrariamente às atitudes tomadas pelo Prefeito daquela cidade, Sr. Luís Tadeu Leite, que, através da sua liderança na Câmara, da facilidade que tem nos órgãos de imprensa, promoveu uma verdadeira retaliação contra um dos Vereadores daquela Casa, Henrique Borem, do PMDB. O fax traz, na íntegra, uma carta que o Prefeito mandou ler na Câmara.

Com muita tristeza, tomamos conhecimento desse documento, principalmente porque parte do Prefeito da cidade de Montes Claros, a quinta ou sexta maior cidade do Estado, uma cidade problemática, complicada, que precisa urgentemente, da união de todas as suas lideranças para tentar resolver os seus problemas.

Peço vênha aos senhores para ler apenas um pequeno trecho desta carta: (- Lê:)

"E foram feitas algumas indagações a respeito da forma como este Vereador assumiu uma vaga na Câmara e o Prefeito afirmava: `Não vale a pena confiar naquele que já traiu uma vez.`"

Infelizmente, temos que vir a esta tribuna, para protestar veementemente, de uma forma bastante incisiva, contra esse tipo de política que não mais existe, que não mais tem lugar no Brasil de hoje, nas Minas Gerais de hoje.

O Sr. Prefeito deveria reconhecer o trabalho que estamos fazendo, principalmente nós, Deputados Estaduais, votados em Montes Claros, pois, quando a cidade corria o risco de perder recursos da ordem de R\$1.700.000,00, do projeto de saneamento básico, fomos os primeiros, ao lado dos Deputados Jairo Ataíde, Gil Pereira e Elbe Brandão, a defender, desta tribuna, uma política de bom senso, uma política de cavalheiros entre a Prefeitura de Montes Claros e o Governador Eduardo Azeredo. E, por meio de nossa ação, conseguimos evitar que a cidade perdesse R\$1.700.000,00, de verba para saneamento básico.

Termino esta primeira parte do meu pronunciamento, Srs. Deputados, dizendo que, quando surgem dificuldades, as pessoas incapazes tentam, imediatamente, culpar alguém e, aí, vem o desespero, que corrompe o espírito e nos torna prisioneiros das circunstâncias negativas.

Montes Claros é muito grande, é muito maior do que nós, Deputados, e do que o Sr. Prefeito. Montes Claros precisa, urgentemente, caminhar por um caminho certo, por uma política de alto nível, e não aceite mais esse tipo de atitude mesquinha; uma política onde a união dos Deputados, dos Srs. Vereadores e das lideranças tem de estar em função dessa mesma cidade.

Mais uma vez, queremos dizer que estamos prontos a lutar pela nossa cidade, a batalhar por Montes Claros, mesmo que o Prefeito daquela cidade venha a assumir posturas totalmente desaconselháveis e que não condizem com o pensamento do povo

montes-clarense.

Sr. Presidente, quero, em rápidas palavras, dizer que a comissão especial que irá verificar o Projeto Jaíba, composta por mim, Deputado Carlos Pimenta, pelo Deputado Almir Cardoso, pelo Deputado Ivo José, pelo Deputado José Braga e pela Deputada Elbe Brandão, além do Deputado Dimas Rodrigues, estará se deslocando para a cidade de Jaíba para cumprir os objetivos da comissão. Esse é o maior projeto de irrigação da América Latina. O projeto sofre, passa por momentos difíceis, e é bom que esta Casa comprove, "in loco", converse com as pessoas que dele participam, inclusive com sua direção. Se Deus quiser, até o final desse mês, ou princípio de setembro, esta Casa irá fazer um documentário, um relatório pormenorizado, que mandaremos para o Sr. Governador, para o Congresso Nacional, para o Presidente da República e para a imprensa, mostrando que esse é o maior projeto de irrigação da América Latina e que é fator preponderante no desenvolvimento daquela região. O projeto precisa, mais do que nunca, de pessoas sérias, de inteligências e ações políticas para que, realmente, possa cumprir o papel social para o qual foi criado, pois as pessoas que ali moram confiam nesse projeto e necessitam dele. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Roberto* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, profissionais da imprensa, senhores nas galerias, havia me preparado para fazer um pronunciamento, mas houve uma mudança. Não poderia deixar de manifestar minhas opiniões como relator da Comissão de Meio Ambiente. Gostaria de fazer um pronunciamento e aproveitamento para fazê-lo neste instante.

No momento em que se discute e se analisa a criação da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, não poderíamos deixar de manifestar preocupação com uma emenda aprovada no 1º turno, que, a nosso ver, contém matéria estranha ao projeto do Governo do Estado.

Trata-se, Sr. Presidente, da transformação de cargos da diretoria do DER, hoje de recrutamento limitado, em cargos de recrutamento amplo.

Como relator da matéria na Comissão de Meio Ambiente, desde o início, tivemos a oportunidade de estudar com profundidade o assunto e já nos manifestamos naquela ocasião contrariamente à aprovação de tal proposição, bem como todos os membros das comissões conjuntas, com exceção, é lógico, do nosso ilustre colega, Deputado José Bonifácio, autor da referida emenda.

Entendemos que a manutenção dos cargos como de recrutamento limitado vem ao encontro dos princípios da moralidade e da impessoalidade na administração pública e, por isso, tal emenda não deveria ser aprovada pelos nobres colegas. Além disso, Sr. Presidente, na condição de ex-Prefeito Municipal por três vezes em São Domingos do Prata, pudemos manter convívio salutar e profícuo com os engenheiros e outros servidores do DER, razão pela qual nos sentimos em condição de defender seus legítimos interesses e, portanto, não somos nós que vamos admitir o cerceamento legal das aspirações de profissionais de carreira aos cargos mais altos dos escalões hierárquicos. O recrutamento limitado valoriza, dignifica e prestigia a carreira dos profissionais em qualquer instituição. É muito importante, faz justiça e estimula-os. Se se mudar o provimento desses cargos para recrutamento amplo, pode ocorrer, ademais, o risco de a Diretoria de Manutenção, Construção e Assessoria de Custos e Licitações cair nas mãos de empresários e pessoas inescrupulosas, que queiram advogar em causa própria, buscando atender a seus interesses particulares em detrimento do interesse público.

O mesmo pode acontecer com as diretorias de operação, de via e transporte metropolitano, que operam em todo o sistema de transporte intermunicipal de passageiros no Estado.

Ressaltamos, ainda, que o DER, na forma como se encontra,

vem prestando serviços de inestimável valor ao Estado, motivo suficiente para não ter sua estrutura alterada. É o que tínhamos a comentar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Álvaro Antônio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, colegas rodoviários, senhores da imprensa, acho que a emenda apresentada pelo nosso prezado colega não foi muito feliz, porque o DER é um órgão que já tem tradição no Estado de Minas Gerais, um órgão que já levou seu "know-how" técnico para outros Estados da Federação. Lembro-me que, quando alguém soprava no ouvido do Governador Tancredo Neves que ele deveria transformar todas as RRGs do DER em cargos de recrutamento amplo, eu, naquela época ocupando a Secretaria dos Transportes, levei até o Governador a minha preocupação em não desmantelar o DER ou os órgãos que seriam as várias RRGs espalhadas pelo Estado. Naquela ocasião, o Governador houve por bem não dar ouvidos às sugestões de transformar todos os cargos das regionais do DER em cargos de recrutamento amplo. Não somente como engenheiro do DER mas também como conhecedor do órgão entendíamos que não se devia transformá-lo em cabide de empregos ou em politicagem desvairada.

Felizmente o Governador nos ouviu, e agora é apresentada neste Plenário emenda retirando algumas diretorias e transformando os cargos em recrutamento amplo. Entendo que isso não é bom para o DER. Apesar de ter sido feito acordo entre os representantes dos funcionários e algumas lideranças da Casa, entendo que isso é mais um passo para transformar todos os cargos das regionais em recrutamento amplo. Mediante um acordo, a Emenda n° 3 foi transformada no art. 14 por meio de uma subemenda do Deputado Ronaldo Vasconcellos. Apesar desse acordo, como engenheiro daquele departamento, reservo-me o direito de votar contra.

Essa não é a melhor solução para o momento. Gostaria que a votação dessa emenda fosse adiada, para que fosse feito estudo mais apurado, e mais profundo e as várias partes interessadas possam ser ouvidas. Não havendo mais prazo para um acordo ou não havendo vontade de que esse acordo seja feito, reservo-me o direito de votar contra tal artigo.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ajalmar Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Em que pese a todo o respeito que temos pelo Deputado Álvaro Antônio, gostaríamos de dizer a V. Exa. que se a posição dele era contrária, deveria ter participado das negociações junto ao Governo.

Encaminhamos a negociação que, em nosso entender, era a melhor para o órgão, uma vez que as Lideranças desta Casa fecharam questão para votar maciçamente na emenda do Deputado José Bonifácio. Em vista disso, entendemos que era melhor a negociação para ambas as partes, pois seria temeroso concorrer, perder e ficar sem nenhuma diretoria de recrutamento limitado. Pelo menos, mantivemos quatro dessas diretorias como limitadas. Acredito que essa foi a melhor solução. Embora contrariando grande parte dos funcionários do DER, e até com nosso sentimento, porque somos funcionários do órgão e, como tal, amanhã poderemos ficar prejudicados, assim o fizemos. Achamos que essa foi a melhor solução. Foi conversando com alguns colegas, trocando idéias que chegamos ao consenso de votar de acordo com a última proposição oferecida pelos próprios negociadores. Aproveito para agradecer a compreensão daqueles colegas que nos entenderam, e agradecer partes que também cederam. Na verdade, queriam retirar do DER todos os cargos de recrutamento limitado, e, se não estivéssemos na luta, não teríamos agora nenhum cargo de recrutamento limitado dentro do DER. Por isso, tenho que fazer justiça àqueles colegas que nos compreenderam, e dizer para vocês que estaremos nesta Casa como defensores do DER. Continuaremos reivindicando a justiça de um melhor salário, que todos

vocês precisam. Continuaremos aqui, sem nenhuma demagogia, mas com o coração vibrante de um funcionário do DER que está nesta Casa porque foi engenheiro residente do órgão no interior. Se assim não fosse, não estaríamos hoje, aqui, como Deputado Estadual. Devo meu cargo de Deputado Estadual ao DER e a seus funcionários, embora não tenha feito dele um balcão de votos. Apenas na segunda legislatura procurei alguns companheiros do DER para que me dessem votos, uma vez que, na legislatura passada, fiz por merecer: defendi, com "unhas e dentes", o DER e seus funcionários. Por isso, quero agradecer a todos aqueles que colaboraram com esse nosso acordo. Continuo à disposição de todos para defender os interesses de nossa classe e do DER. De coração aberto, sem menosprezar e sem tecer nenhuma crítica àqueles que me criticavam dizendo que eu jogava dos dois lados, quero dizer que sou membro e faço parte do grupo do Governo. Achei que derrotar o Governo ou ser derrotado por ele não seria bom para nenhum dos dois lados. Feito o acordo de Lideranças nesta Casa, e os membros do PT sabem bem, ninguém consegue derrubar nada, que ninguém tira nada depois de um acordo de Lideranças. Por isso, optamos por manter as quatro diretorias que hoje aí estão. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria, apenas, de ressaltar que a Bancada do PT, que no primeiro turno votou contra essa emenda, estará novamente votando contra. Isso porque entendemos que é preciso repudiar emendas como essas. Não podemos aceitar emendas que não versem sobre o tema do projeto. No primeiro semestre, a Bancada do PT promoveu uma obstrução, quando fizemos um acerto de que não teríamos mais emendas de outro tema em um determinado projeto. Estamos aqui discutindo a Secretaria de Meio Ambiente e temos que trabalhar, também, com a questão do DER-MG. Isso não pode continuar ocorrendo.

Quero discutir a questão do DER-MG. Entretanto, acho que tem que haver um projeto específico para essa questão. Votaremos no projeto e no acerto, como foi colocado aqui pelo Deputado Ajalmar Silva. Foi feito um Acordo de Lideranças. Pedimos a suspensão dos trabalhos para conferir o acerto feito. A Bancada do PT vai votar no relatório feito pelo Deputado Jairo Ataíde, o qual foi fruto de um acordo. Entretanto, estamos fazendo isso contrariados, por estarmos votando numa coisa que não diz respeito ao projeto. Se o acordo foi feito, a bancada estará respeitando o que foi estabelecido aqui.

O Deputado Marco Régis* - Gostaria de dizer ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados que, na semana passada, estive na Comissão de Saúde e Ação Social com o Superintendente da FUNED - Fundação Ezequiel Dias. Nessa ocasião, ele manifestou sua preocupação com a situação dos funcionários da Fundação. A maioria dos Deputados da Comissão, conhecendo o valor da FUNED nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia para Minas Gerais, incentivou o Superintendente a elaborar um projeto específico. Tomo a liberdade de citar aqui, inclusive, um incentivo maior que houve por parte do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, para que a FUNED encaminhasse projetos a esta Casa, mas não projetos que são aberrações, como este da criação da Secretaria de Meio Ambiente, no qual se inserem emendas espúrias, esdrúxulas, com as quais não podemos concordar. Podemos continuar sendo solitários, mas continuaremos a protestar contra todos esses projetos, assim como protestamos por ocasião da criação da Secretaria da Criança e do Adolescente.

As pessoas que aqui estão enchendo as galerias terão um papel difusor perante a sociedade do comportamento desta Assembléia Legislativa. A imprensa presente deve registrar o fato para que a população, os eleitores de Minas Gerais, cada vez mais, atenham-se a seus representantes, para que sejam respeitadores das normas da Assembléia e da postura

política deste País. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 23/8/95, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.141 e 1.144, de 1995, assinou os seguintes atos relativos a cargos do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

exonerando Anésia Gomes Alves Nogueira do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, com exercício no gabinete do Deputado Antônio Roberto;

exonerando Paulo César Nogueira de Carvalho do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, com exercício no gabinete do Deputado Bilac Pinto.

AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços nº 15/95

Na edição de 26/8/95, pág. 49, col. 4, a numeração correta da matéria publicada com o título em epígrafe é 15/94.

ATO DO CONSELHO DELIBERATIVO E FISCAL DO PRELEGIS

O Conselho Deliberativo e Fiscal do PRELEGIS, reunido nesta data, decidiu, por unanimidade, eleger o funcionário Ivo Gomes da Silva para responder "pro tempore" pelo cargo de Diretor do PRELEGIS, em substituição ao funcionário Hélio Xavier.

Conselho Deliberativo e Fiscal, 6 de julho de 1995.

Adônis Martins Moreira, Presidente.

EXTRATO DE CONVÊNIO

TERMOS DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E AS ENTIDADES ABAIXO DISCRIMINADAS, CUJO OBJETO É A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO PARA DESPESA DE CAPITAL

CONVÊNIO Nº 00692 - VALOR: R\$28.147,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO BAIRO CRUZEIRO - SAO DOMINTOS PRATA - SAO DOMINGOS PRATA.

DEPUTADO: ANTONIO ROBERTO.

CONVÊNIO Nº 00734 - VALOR: R\$2.000,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO MORADORES BAIRO SANTA RITA - PIMENTA.

DEPUTADO: MARCELO GONCALVES.

CONVÊNIO Nº 00737 - VALOR: R\$1.860,00.

ENTIDADE: CAIXA ESCOLAR SENADOR ANTONIO CARLOS - ANTONIO CARLOS.

DEPUTADO: JOSE BONIFACIO.

CONVÊNIO Nº 00738 - VALOR: R\$26.400,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. ACAO SOCIAL EDUCACIONAL MEDIO PIRACICABA - JOAO MONLEVADE.

DEPUTADO: MAURI TORRES.

CONVÊNIO Nº 00739 - VALOR: R\$25.000,00.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL CORONEL MURTA - CORONEL MURTA.

DEPUTADO: CARLOS MURTA.

CONVÊNIO Nº 00742 - VALOR: R\$2.200,00.

ENTIDADE: CAIXA ESCOLAR DR. RAUL SA - CAMBUQUIRA.
DEPUTADO: AILTON VILELA.
CONVÊNIO N° 00743 - VALOR: R\$4.000,00.
ENTIDADE: ACAA SOCIAL BAIRRO LAVRA - CAMBUQUIRA.
DEPUTADO: AILTON VILELA.
CONVÊNIO N° 00744 - VALOR: R\$1.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. JOAQUIM FELICIO - JOAQUIM
FELICIO.
DEPUTADO: ANTONIO JULIO.
CONVÊNIO N° 00745 - VALOR: R\$4.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO GUARDA MOCAMBIQUE NOSSA SENHORA ROSARIO
BELO VALE - BELO VALE.
DEPUTADO: ANIVALDO COELHO.
CONVÊNIO N° 00746 - VALOR: R\$2.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUNIDADES IBIAI - IBIAI.
DEPUTADO: JOSE BRAGA.
CONVÊNIO N° 00747 - VALOR: R\$3.000,00.
ENTIDADE: INSTITUTO IMACULADA CONCEICAO - BARBACENA.
DEPUTADO: JOSE BONIFACIO.
CONVÊNIO N° 00748 - VALOR: R\$1.500,00.
ENTIDADE: CONSELHO DESENV. COMUN. MUNICIPIO ITINGA - ITINGA.
DEPUTADO: GERALDO SANTANNA.
CONVÊNIO N° 00749 - VALOR: R\$3.000,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO - SAO LOURENCO.
DEPUTADO: RONALDO VASCONCELLOS.
CONVÊNIO N° 00750 - VALOR: R\$1.500,00.
ENTIDADE: CAIXA ESCOLAR ELISA CAVALCANTI - JACINTO.
DEPUTADO: JORGE HANNAS.
CONVÊNIO N° 00751 - VALOR: R\$1.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. CACHOEIRINHA - MONTALVANIA.
DEPUTADO: CLEUBER CARNEIRO.
CONVÊNIO N° 00752 - VALOR: R\$10.000,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL SOBRALIA - SOBRALIA.
DEPUTADO: ERMANO BATISTA.
CONVÊNIO N° 00753 - VALOR: R\$2.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. GRUPO INTEGRACAO SAUDE SAO
VICENTE R. DOCE - TARUMIRIM.
DEPUTADO: ERMANO BATISTA.
CONVÊNIO N° 00754 - VALOR: R\$28.000,00.
ENTIDADE: MOVIMENTO COMUN. CULTURAL ESPORTIVO BENEFICENTE
MATERLANDIA - MATERLANDIA.
DEPUTADO: OLINTO GODINHO.
CONVÊNIO N° 00755 - VALOR: R\$3.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. RIO PEDRAS - BOCAIUVA.
DEPUTADO: ELBE BRANDAO.
CONVÊNIO N° 00756 - VALOR: R\$3.400,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. NOSSA SENHORA PENHA BAIRRO
FERNAO DIAS - BELO HORIZONTE.
DEPUTADO: PAULO SCHETTINO.
CONVÊNIO N° 00757 - VALOR: R\$12.500,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL ALEM PARAIBA - ALEM PARAIBA.
DEPUTADO: BENE GUEDES.
CONVÊNIO N° 00758 - VALOR: R\$33.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. PEQUENOS PRODUTORES RURAIS MUN.
POCRANE - POCRANE.
DEPUTADO: MIGUEL BARBOSA.
